

26-F

5

1-A

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 42

Aos três dias do mês de Janeiro de mil novecentos e noventa e seis, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na segunda reunião da Sessão ordinária do mês de Dezembro, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais, António de Sousa Dinis Correia e José Arménio Sequeira Pereira, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, este último em substituição do titular do cargo e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, João Pedro Simões Dias, Diogo Manuel Soares Machado, José Alberto Martins de Carvalho, Artur Lopes Lobo, José Maria Dias da Silva, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Carlos Manuel da Silva Santos, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 17,30 Horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, João Gabriel Ferreira Santos, Vitor Manuel da Silva Martins, Artur

da Rosa Pires, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Joaquim António Calheiros da Silveira, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Fernando António Portela Rocha Andrade, João Ferreira da Peixinha e Libério da Silva Santos.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais Artur da Rosa Pires e Raul Ventura Martins, os quais foram aceites e justificadas as respectivas faltas.

Tomando a palavra o Vogal João Barbosa, propôs um período de "Antes da Ordem do Dia" de acordo com o nº 3 do Artº 33º do Regimento da Assembleia Municipal.

Vogal António Salavessa:

"Pedia, dado o carácter extraordinário desta decisão e visto que a última sessão foi há tão pouco tempo, e que de facto gastámos muito tempo com o período de "Antes da Ordem do Dia", pedia ao Sr. João Barbosa que juntamente com o pedido, o justificasse, para eu poder em consciência decidir se estou de acordo ou não com esse período."

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, eu acho que não tenho que justificar o pedido de "Antes da Ordem do Dia", naturalmente que se eu peço o período de "Antes da Ordem do Dia" é porque tenho alguma coisa para informar à Assembleia."

Não se registando mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa submeteu o assunto à votação da Assembleia, tendo o mesmo sido aprovado por sete votos a favor, seis contra e doze abstenções.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal José Ferreira de Almeida.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostava de chamar atenção desta Assembleia para um caso insólito e algo estranho. Na altura da discussão e aprovação nesta Assembleia da participação, da Câmara Municipal de Aveiro como membro fundador da Fundação Stª Maria Manuela, fomos informados que estariam

em aberto as inscrições para todas as entidades que quisessem fazer parte; nessa mesma altura, informei que a Junta de Freguesia da Vera-Cruz estava interessada em fazer parte como membro fundador, visto que estava situada na zona ribeirinha. Fomos até informados na mesma altura, pela Sr^a Vereadora da Cultura, que a Junta de Freguesia de S. Jacinto também fazia parte. Em devido tempo, e através de ofício, foi informada a Câmara Municipal de Aveiro e o Museu Marítimo de Ílhavo, da aprovação em Assembleia de Freguesia, do interesse da Freguesia de Vera-Cruz, de fazer parte integrante dos membros fundadores da Fundação St^a Maria Manuela. Por estranho que pareça até hoje ainda não deu entrada na Junta de Freguesia qualquer ofício do Museu Marítimo de Ílhavo a acusar a recepção do interesse manifestado pela Freguesia da Vera-Cruz.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, qual não é o meu espanto ao acabar de ler na Imprensa que foi feita a escritura dos membros fundadores da referida Fundação do Museu Marítimo de Ílhavo.

Gostava de deixar no ar algumas objecções: será que houve selecção de membros fundadores e a Junta de Freguesia de Vera-Cruz não mereceu uma resposta à sua inclusão?

Srs. Deputados, não acredito que à frente da Fundação St^a Maria Manuela logo de princípio estejam pessoas que não conheçam o princípio da ética e comecem por não considerar uma freguesia do concelho de Aveiro ao ponto de não serem capazes de darem uma resposta a um ofício; será que foi mais uma Fundação só para a fotografia da praxe?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, fico-me com um ditado que diz: - "quem torto nasce, tarde ou nunca se endireita", ficamos a aguardar para ver..."

*Neste momento deu entrada na sala o Vogal Francisco Braga.
Vogal Manuel António:*

"Sr. Presidente, aproveitava esta oportunidade para falar de um assunto que me esqueci da última vez e que é um assunto que não devia de ter esquecido porque achei que era muito importante: foi ter recebido nestes últimos dias um livro a lembrar os cem anos do município, e penso que esse livro é deveras importante para eu me ter esquecido de falar nele aqui, porque retrata os cem anos deste município, vem lembrar-nos a nós Aveirenses um pouco da história dos nossos

autarcas, dos nossos Presidentes de Câmara, e foi com agrado que eu recebi aquele livro. Gostava que aquele livro fosse realçado de certa maneira pela Câmara Municipal e não só, ter sido distribuído assim de uma maneira tão singela, eu acho que se devia de aproveitar talvez as próximas festas do município para se fazer um lançamento do livro, porque era importante que aquele livro chegasse ao conhecimento de mais Aveirenses e, já agora, se houvesse tempo, gostaria de perguntar à Câmara o que é que pretende fazer, porque eu acho que está ali um bom trabalho, um trabalho muito louvável, e que surgiu assim como quem recebe mais um documento da Câmara e é um documento muito importante."

Neste momento saiu da sala o Vogal Diogo Machado.

Vogal Cruz Tavares:

"Folgo muito que a proposta do Sr. João Barbosa tivesse sido aprovada, porque na realidade tem-se verificado que os períodos de antes da ordem do dia têm sido bastante fecundos e aqueles de onde se tem retirado melhores conteúdos e mais animação nesta Assembleia. A objecção feita pela bancada da CDU, julgo que foi qualquer distracção ou uma exigência que eu não compreendi; como é que se pede que um membro desta Assembleia tenha que justificar o conteúdo da sua intervenção, tal como se exige regulamentarmente aos membros da assistência? mas seria concerteza um lapsus linguae que actualmente e neste período de campanha estão a ocorrer com muita frequência.

Pedi a palavra apenas para acentuar e pedir para que se registe na acta da Assembleia, que vi hoje pela primeira vez um pescador à linha a pescar em frente num braço urbano da Ria em frente ao Mercado Manuel Firmino. Devo lembrar que há uns anos se fez um bellissimo projecto que se chamava: "Aveiro Cidade Perfumada", que era uma utopia, mas uma das fases seria pescar na Ria; hoje queria assinalar que vi um pescador a pescar na Ria. Espero que a fase seguinte que será concerteza nadar na Ria, se aproxime e se siga a esta fase que eu tenho muito gosto em assinalar."

Vogal António Salavessa:

"Apenas quero explicar o meu entendimento sobre esta questão. Compartilho do reconhecimento, da importância do período de "Antes da Ordem do Dia" e também sei que nesse período têm sido

colocadas e discutidas questões muito importantes para a vida do Município, umas mais, outras menos, como é óbvio; agora o entendimento que tenho desta questão e enquanto membro da Comissão de Regimento, sei com que sentido é que intervi nessa Comissão para que determinadas cláusulas fossem registadas, o sentido que foi dado à possibilidade de, quando as sessões se prolongassem por mais que uma reunião, foi dada a possibilidade da existência de período de antes da ordem do dia, no meu entender esse sentido foi o de, para questões extraordinárias que pudessem ter ocorrido entre esse período; portanto a minha posição será sempre tomada em função dessa justificação; neste caso, como não tive conhecimento da razão absteve-me, não votei contra porque não sou eu que vou julgar o que o proponente julga ser importante. Não votei a favor por desconhecimento da razão, mas, pela minha abstenção não inviabilizei a que o proponente pudesse colocar o que quisesse; agora, eu nunca proporei, por uma questão semelhante à que aqui foi colocada, nunca proporei a continuação do período de "Antes da Ordem do Dia" no prolongamento de uma sessão ordinária."

Não se registando mais intervenções usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, que começou por agradecer as palavras proferidas relativamente a um livro de autoria de um funcionário da Câmara e que trata o tema cem anos do município, referindo ainda que se deve enaltecer o trabalho em causa, logo que seja oportuno.

Relativamente à questão da Fundação St^a Maria Manuela, informou que todos aqueles que desejem participar e desejem ser considerados sócios fundadores que ainda o podem o fazer.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Vitor Mangerão.

Terminado o período de antes da ordem do dia, passou-se de imediato à ordem de trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS:

PONTO Nº 2 - ELABORAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

João

Usando da palavra o Sr. Presidente da Mesa, explicou que se trata de um ponto apresentado pela Mesa deste órgão e que se refere a uma solicitação da Câmara Municipal para acompanhamento por parte da Assembleia, do Plano de Urbanização da Cidade. Acrescentou que para tratar deste assunto houve uma reunião da Conferência de Representantes dos Agrupamentos Políticos, e que no seguimento da qual foi entendido que poderiam os Partidos apresentar de imediato representantes para fazer o acompanhamento do Gabinete de Estudos ao qual foi adjudicado este trabalho. Em todo o caso entendeu-se que o problema deveria ser colocado à Assembleia, para esta decidir quanto à designação de uma Comissão de Acompanhamento.

Assim e no sentido de desde já se poder integrar nos trabalhos os diversos Partidos presentes nesta Assembleia, pede-se que se indique um representante.

De acordo com o Regimento desta Assembleia, no seu artº 55º, a Mesa propõe à Assembleia que seja constituída uma Comissão permanente para corresponder à solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Vogal Custódio Ramos:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, está em causa neste momento uma proposta subscrita pela Mesa da Assembleia Municipal, mas que tem como suporte uma proposta da Presidência da Câmara. Efectivamente quem pode apresentar propostas no seio desta Assembleia, é o Presidente, a Mesa e cada um de nós, ou seja, a Câmara não tem competência para apresentar propostas nesta matéria; nós, no que toca aos trabalhos da Assembleia temos efectivamente o Regimento que é como que a nossa Constituição e, não se pode falar aqui em representantes dos Partidos políticos em sentido restrito, é óbvio que a Assembleia integra representantes dos Partidos políticos, todavia a forma de organização no seio desta Assembleia, foi acordado entre nós no início do mandato em sede de Regimento e aí se acordou e legislou de que estávamos enquadrados em Agrupamentos Políticos. Portanto, para resumir não se pode falar em representantes de Agrupamentos Políticos e foi abusivo ter-se oficiado nesse sentido, a menos que o sentido dessa solicitação não tenha sido propriamente representante de Partido, mas representante de Agrupamentos, aliás há pessoas no seio da Assembleia

que não fazem parte de Partidos Políticos, mas fazem parte de Agrupamentos desta Assembleia.

Põe-se a questão substancial que é a de saber se vamos avançar ou não positivamente com a proposta de constituir uma Comissão para efeitos de acompanharmos a elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro; e, a questão que se coloca é esta: o nosso Regimento prevê Comissões Permanentes e Eventuais e aqui estamos em presença de uma Comissão Eventual que por definição é para analisar, acompanhar, estudar um determinado caso concreto; portanto seria uma Comissão Eventual, ora, eu não consegui compreender até ao momento a razão pela qual o Plano de Urbanização carece de uma Comissão de Acompanhamento, enquanto que outros instrumentos de Planeamento não a merecem ou não a mereceram. Penso sinceramente que a constituirmos uma Comissão no domínio do ordenamento do território, abrangendo a urbanização e outras áreas conexas, isso teria que ficar a cargo de uma Comissão Permanente e que não seria ou não se restringiria a este objectivo apenas do Plano de Urbanização, porque se fôr só para isto, eu direi, não vale a pena.

Trata-se de uma série de questões que importa clarificar primeiro e, é para isso que estamos a discutir em sede desta reunião, para que efectivamente formulássemos uma opinião objectiva, e a propósito diria e perguntaria à Câmara, o porquê de uma Comissão específica para este tema, e não termos uma Comissão Permanente para a área da Cultura, da Educação, da Saúde etc. e enfim, termos Comissões Permanentes por pelouros ou por áreas.

Na altura própria houve uma troca de opiniões entre alguns membros desta bancada e pela forma e nos termos em que foi colocada a proposta, nós opinámos na altura própria que não a integraríamos; porventura se as coisas foram bem clarificadas e a proposta tiver um outro espírito, uma outra abrangência, estaremos receptivos a reconsiderar, mas na altura, nos termos em que nos foi proposto achamos que era indevido, porque nos pareceu que se tratava tão só de darmos aval a um determinado tipo de trabalho circunscrito ao Plano de Urbanização e que nós estaremos dispostos a analisar e a ponderar no momento próprio quando o Plano esteja minimamente concluído e pronto para a discussão pública pelo órgão competente deliberativo que é esta Assembleia."

Presidente da Assembleia:

"Em relação à proposta, se não fui bem claro, devo informar que isto constitui um pedido do Sr. Presidente da Câmara à Assembleia Municipal e a Mesa é que transformou esse pedido em proposta para sujeitar à decisão da Assembleia.

Em relação ao representante do Partido, na realidade não é essa a ideia, porque nunca tivemos a ideia de nos dirigir aos Presidentes das Comissões Políticas dos Partidos, foi sempre dentro da área da Assembleia, pode ter havido um Português menos correcto, porque na realidade a carta que foi enviada aos líderes de bancada dizia: "No sentido de desde já poder integrar os trabalhos dos diversos Partidos presentes nesta Assembleia, solicito que se digne indicar um elemento desse Partido", concerteza deveria ter sido dessa Bancada, porque a bancada é de facto um agrupamento político, mas era à bancada e não o Partido que estava em causa."

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Élio Maia.

Vogal Jorge Nascimento:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, penso que este é um momento de relevante significado que, deve ser no meu entendimento aproveitado no sentido da colaboração entre os órgãos autárquicos, sem prejuízo de cada órgão ter o seu papel a desempenhar. O Sr. Presidente da Câmara entendeu, no meu entender muito bem, que deveria auscultar a opinião da Assembleia num momento que é o da elaboração, num momento fundamental. Com isso, no meu entendimento também, visa economia processual desde logo, porque, não é bem que se esteja à espera que saia um documento para depois sem ter opinado ou sem se ter dado oportunidade, ou sem se ter querido opinar, vir zurzir nele, muitas vezes com mérito. Por isso, é importante que se ouça um órgão tão importante como é de facto esta Assembleia, na elaboração deste documento.

Qual é o papel dos Agrupamentos nesta auscultação? evidentemente que é acompanhar, como o Sr. Presidente no seu pedido à Assembleia sugere; e, é o de acompanhar um papel que lhe cabe inclusivé no âmbito da lei das atribuições; recordo que há um artigo que refere "compete à Assembleia não só fiscalizar, mas primeiramente até

acompanhar e fiscalizar, diz um ponto, e noutro diz, pronunciar-se sobre questões que interessem ao município."

Este é o momento importante - o momento da feitura. Então pergunta-se... e depois, não ficamos inibidos? eu digo, sim! ficamos, mas em que medida?

Se o Município ausculta, se o Agrupamento se pronuncia, a meu ver, se se pronuncia e as ideias que o Partido leva à feitura do documento, perde autoridade para depois criticar; perde autoridade se a sugestão ou contributo que deu para o diploma fôr realmente adquirido; e perde autoridade moral, porque se se pronunciou na altura oportuna não faz sentido que mais tarde venha dizer que está mal; pode quando muito vir dizer, modifiquei de opinião, o meu sentido opinativo neste momento é já outro que não aquele verificado no momento em que opinei da primeira vez. Se a Câmara não acolhe a sugestão, há-de no âmbito da gestão de conflitos que lhe compete também, vir contra argumentar e dizer que o Agrupamento não tem razão, ou não tem mérito a sugestão, ou do ponto de vista da filosofia do Partido que comanda o Executivo no momento, não é enquadrável na sua atitude do que deve ser a gestão autárquica. Portanto nessa oportunidade, naturalmente o Agrupamento que fez a sugestão e não foi acolhida, redobra o seu potencial de crítica. Também há outro argumento, os membros desta Assembleia têm um papel importante e têm o dever de se pronunciarem; no meu entendimento o Agrupamento também perde capacidade crítica quando lhe perguntam sugestões e não as dá. É este a meu ver o sentido que deve ser a participação num momento destes, que é o da elaboração dos documentos.

Creio que o momento é oportuno para isto, é louvável o pedido que a Câmara faz à Assembleia, pelo meu lado, e penso que interpreto o sentido deste Agrupamento, já indicámos um representante e penso que tencionamos ratificar essa indicação."

Deu novamente entrada na sala o Vogal Diogo Machado.

Vogal Neto Brandão:

"Sr. Presidente da Assembleia Municipal, muito raramente V. Ex^a é censurado ou objecto de censura nesta Assembleia, o seu carácter, a sua postura, têm garantido a unanimidade nos méritos que lhe reconhecem, no entanto, hoje vou censurá-lo porque V. Ex^a cometeu sob pressão ou por lapso de memória uma informação errónea como

JS
fev
M

certamente V. Ex^a em breve irá reparar. Os lapsos de Português que poderão ir nessa missiva que foi enviada aos líderes de bancada, poderão eventualmente existir, mas em termos gramaticais não de conteúdo, porque V. Ex^a se bem se recorda foi entendido por todos os presentes e, repito todos, inclusivé o Dr. Nascimento que também lá estava, e foi entendido para evitarmos a repetição de algumas Comissões de má memória, que a eventual representação até um pronunciamento da Assembleia Municipal relativamente a esta questão poderia vir a ser feito exclusivamente por representantes dos Partidos, precisamente para que não se entendesse que qualquer representante das Bancadas pudesse vir a ser entendido como uma representação à Assembleia Municipal. Portanto, foi de propósito, foi expressamente referido que o convite seria formulado aos Partidos, precisamente para que não houvesse o menor laivo de suspeita sobre o empenhamento das bancadas desta Assembleia, foi isso que foi deliberado nessa reunião da Conferência de líderes à qual assisti. Por outro lado, a própria proposta que V. Ex^a entendeu assumir é abusiva, V. Ex^a não ficou mandatado para tal, antes pelo contrário, porque se entendeu que a proposta verbal que a Câmara Municipal havia formulado a V. Ex^a, da qual se fez eco nessa reunião, porque se entendeu que ela não estava suficientemente concretizada, devidamente consubstanciada, V. Ex^a ficaria encarregue de solicitar uma concretização dessa proposta, concretização essa, aliás proposta essa que seria então formulada pela Câmara Municipal a esta Assembleia para sobre ela se pronunciar, como vê, dois erros que indiciam à priori esta discussão.

Posto isto, porque penso que V. Ex^a reconhecerá como assente, não posso deixar de secundar as palavras do meu camarada de Bancada, Custódio Ramos; porque é que se decidiu nessa tal reunião que não se vinculasse ninguém de nenhuma Bancada e, a haver alguma indicação seria do Partido e nunca da Bancada. É tempo desta Assembleia Municipal se pronunciar em termos casuísticos ao sabor dos ventos sobre todas as matérias que lhe são trazidas; para quando a Constituição de Comissões Permanentes, devidamente apoiadas, que estudem devidamente os assuntos que lhe são trazidos, que possam rodear-se de todos os elementos para uma decisão ponderada de que esta cidade carece, para que não possamos manter esta sensação de que nos apelam demasiado ao nosso espírito de cooperação, de boa vontade até, para

além dos limites de que ela nos deveria ser solicitada. Nesse sentido, posso até concordar com o Dr. Jorge Nascimento, no sentido de que esta Assembleia tem a obrigação de se pronunciar, isso é inequívoco, a questão que se coloca é a forma como ela se deve pronunciar e a forma mais correcta para que ela se possa pronunciar e, no que diz respeito às Comissões, penso que ficou acordado entre todos, pelo menos da nossa parte isso é um dado assente, que as futuras Comissões a serem criadas não seriam Comissões eventuais, Comissões *had hoc*, Comissões casuísticas, mas sim Comissões Permanentes com funções perfeitamente delimitadas, devidamente assessoradas, que pudessem acrescentar uma mais valia à discussão que fosse trazida a este plenário."

Presidente da Mesa:

"Bem, devo tecer de facto um comentário a essas observações porque na realidade o problema de ser um elemento representante da bancada do Partido, lembro-me de facto que foi admitida a hipótese dessa pessoa até nem ser da Assembleia, não pertencer à Assembleia, com carácter transitório e da maneira como já vou referir a seguir; de qualquer maneira competiria depois ao líder de bancada fazer a indicação desse elemento e concerteza que iria escolher dentro dos elementos da Assembleia, mas ficava com a liberdade de que esse elemento não fosse da Assembleia, isso portanto ficaria ao critério dos elementos de bancada, pelo menos é a ideia que eu tenho e talvez justifique estar aqui Partido em vez de bancada; mas, de qualquer maneira e quanto ao vínculo, isso é que me parece que é o mais importante, eu não cheguei a ler para não estar alongar demais, mas foi referido e concerteza que o Dr. Neto Brandão, tem conhecimento disso pela correspondência que foi para a sua bancada, para o líder, cujo conteúdo se reproduz: "solicito que se digne indicar um elemento desse Partido para o fim em vista, tendo desde já em conta o seguinte: 1 - Esta indicação terá um carácter transitório até à indicação pela Assembleia Municipal de uma Comissão de Acompanhamento; 2 - Será dado conhecimento ao Sr. Presidente da Câmara, que as posições que os referidos representantes, eventualmente tomem no decorrer da execução do Plano, não vinculará por forma alguma os diversos Agrupamentos Políticos desta Assembleia Municipal."

J. Nasc.
J. Nasc.
J. Nasc.

Portanto, aqui já se ressalvava independentemente de falar em Partido ou falar em bancada, foi dito que não haveria um vínculo desses representantes à Assembleia Municipal, enquanto a Assembleia não deliberasse. Na realidade o pedido do Sr. Presidente da Câmara não foi verbal, foi escrito, e eu li aqui o ofício que o Sr. Presidente da Câmara mandou; o que foi verbal, foi depois a confirmação desta primeira posição."

Vogal Vitor Mangerão:

"Julgo que está em causa essencialmente, a clarificação do que é que se pretende, do âmbito da competência e dos graus de responsabilidade daí resultantes que possam marcar o futuro do relacionamento institucional. Da maneira como o Dr. Jorge Nascimento põe a questão, pareceria antipático da parte desta Assembleia pura e simplesmente estar a recusar uma proposta, que é uma proposta de colaboração, de boa fé, de construtividade da cidade, enfim, um precedente já que se critica que no passado não tenha havido mais Comissões; bom, o problema acho que está erradamente colocado dessa forma: uma coisa é, nos trabalhos desta Assembleia em relação a qualquer assunto a própria Assembleia suscitar como método mais adequado para a resolução de um problema, a criação de uma Comissão, outra coisa é, apreciar os porquês e os problemas derivados de uma proposta vinda da própria Câmara, não é a mesma coisa... nós temos o dever de colaborar, é um dever genérico, mas também temos o direito de ser responsáveis e de agir de acordo com aquilo que consideramos melhor para manter essa responsabilidade, mas também uma responsabilidade com autonomia; o problema para mim desta Comissão é que precisamente por não ser uma Comissão definida ou a definir em relação a um caso ou a um determinado momento, é uma Comissão de Acompanhamento, levanta-me muitas questões, o acompanhamento vai ser um processo que vai arrastar-se ao longo do tempo, e acompanhamento em relação a quê? ainda por cima a um objecto muito complexo e muito emaranhado que é o chamado Plano de Urbanização, e emaranhado porquê? porque à partida não se trata de uma área de colaboração entre a Câmara Municipal e a Comissão, como tem havido noutras ocasiões, trata-se pelo menos de uma área tripartida: iria haver uma Comissão com representação de elementos da Assembleia, a Câmara Municipal, não sei de que maneira, mas também tem que estar metida nisto porque é a dona do projecto e é quem toma a iniciativa e

Handwritten signature

depois o Gabinete Técnico que efectivamente vai estar a laborar em termos técnico/profissionais, sem vinculação política? só apenas contratual? como é que na prática isto pode funcionar? temos um Plano que é diferido no tempo, vai demorar não sei quanto tempo a fazer, uma Comissão destas passa por lá pelo Gabinete, encontra elementos da Câmara também lá, ou reúne-se antes ou depois com os elementos da Câmara, houve o que os Srs. do Gabinete Técnico tem a dizer e a perguntar, dá as suas achegas, ele segue ou não segue, e no fim disto tudo há-de resultar o Plano de Urbanização que é proposto finalmente para a discussão e votação aqui na Assembleia? ainda por cima com aquela ideia de que não vinculará as bancadas? quer dizer, então se não vai vincular o que é que lá vai fazer? dar opiniões? mas quem é que obriga que as opiniões sejam seguidas? e qual é a co-participação da Câmara nisto? afinal de contas parece que a Assembleia ficará co-responsável, mas a Câmara fica perfeitamente de fora, ou a Câmara já tem confiança em termos absolutos de aceitar o que resultar do trabalho do Gabinete com a ajuda da Comissão? isto para mim parece-me extremamente confuso; por outro lado há um problema de legitimidade, é que realmente uma Comissão dessas não pode aqui andar nos meios termos, ou os elementos que eventualmente a constituam têm possibilidade de tomar posição de forma definitiva e as respectivas bancadas estão vinculadas, dizendo assim: o que vocês decidirem está decidido, ou então realmente a confusão ainda aumenta mais, porque vai para lá alguém da bancada, decide de uma maneira ou decide de outra, ou decide com o voto de vencido, e o que aqui aparece depois é o resultado de quê? vamos ter de ler as actas das reuniões que essa Comissão faça com o Gabinete Técnico? ou seja, acho que neste caso é melhor que cada um assuma as suas responsabilidades tal qual como elas são. Agradeço muito aquilo que eu considero que foi uma grande boa vontade do Sr. Presidente da Câmara e da Câmara Municipal, concerteza toda, as boas intenções que estão por trás disto, é tudo no espírito da colaboração, da construção, de ganhar tempo eventualmente e, em vez de se perder uma noite ou duas aqui a discutir o assunto, quando chegar a altura a discussão já está previamente acabada, mas eu acho que ganhamos todos em transparência e em à-vontade político se, a Câmara Municipal cumpre o seu papel papel, o Gabinete cumpre o seu papel, e nós cá estamos para

fazer o nosso papel quando finalmente nos fôr apresentado o resultado do estudo de urbanização; porque falta inclusivé outro aspecto, é que eu nem sequer percebo bem como é que podemos co-responsabilizar elementos desta Assembleia em realção a um projecto, que ele próprio já está viciado por compromissos com outros projectos em que a Assembleia não pode acompanhar nada. Não vejo que o Plano de Urbanização possa ser assumido de forma responsável e clara sem se assumir igualmente o que se está a fazer com o PDM, sem se assumir igualmente o que se está a fazer e ecomendar com os Planos de Pormenor. Portanto, face a estas ambiguidades todas, a estes equívocos todos, por mim prescindindo, salvo se o Sr. Presidente da Câmara, que isto fique bem claro, aqui expressar de forma concreta o que é que ele pensa que uma Comissão de Acompanhamento deste género deve fazer, o âmbito dela, e sobretudo a sua verdadeira competência em relação ao Plano de Urbanização com estes factores todos em jogo; só lembro uma coisa, é que isto não tem nada a ver com o género de Comissão em que nós nos podemos responsabilizar para o bem ou para o mal, como foi aquela Comissão, em que por iniciativa desta Assembleia, que a Câmara teve de aceitar para a questão do Cojo, aí assume-se, faz-se do princípio ao fim, vota-se está feito, neste caso aqui é só confusão, a menos que haja um esclarecimento que possa levar a uma alteração destas opiniões."

Vogal António Salavessa:

"Primeiro que tudo uma palavra àcerca da iniciativa da Mesa. Devido àquilo que o Sr. Custódio Ramos insinuou ser a generosidade da Assembleia, também pertenço ou sou um Agrupamento Político e estive presente na reunião, apesar de não ter sido citada a minha presença e, no meu entendimento a proposta da Mesa corresponde ao essencial dos trabalhos dessa reunião da Comissão de Representantes, isto é, que não podia haver qualquer vinculação da Assembleia, sem a Assembleia ter reunido e que, toda e qualquer colaboração das forças políticas ou dos agrupamentos, seria transitório até à deliberação que a Assembleia viesse a tomar. Estaria de acordo com o Dr. Nascimento, àcerca do relevante significado desta proposta se, tal como foi dito pelo Sr. Custódio Ramos, viesse aqui não para o Plano de Urbanização, mas uma Comissão para os diversos actos de Planeamento Urbanístico e Planeamento Estratégico, que estão a decorrer neste momento no Município de Aveiro. Porque se

fr *pen* *Paul*

trata de uma iniciativa isolada nesse âmbito (está a decorrer ao mesmo tempo o Plano Estratégico da Cidade, não é proposta nenhuma Comissão de Acompanhamento da Assembleia Municipal para o Plano Estratégico da Cidade; estão a decorrer "n" Planos de Pormenor, não há nenhuma proposta), portanto, não reconheço esse significado relevante desta proposta, por isso mesmo não se trata de uma alteração de comportamento da Câmara Municipal, trata-se de um caso isolado e que de alguma forma confirma a regra que tem acontecido ao longo destes anos. Eu mesmo pergunto-me se não terá sido por iniciativa estranha à Câmara, nomeadamente do próprio Gabinete que tenha sugerido para a gestão de conflitos a existência de uma Comissão de Acompanhamento, é muito provável que também tenha acontecido dessa maneira e aí, o próprio mérito que eventualmente poderia haver por parte da Câmara desaparece totalmente.

Perante a proposta concreta, repetidamente disse nas críticas ao Plano Director Municipal que deveria ter existido uma Comissão de Acompanhamento por parte da Assembleia Municipal, porque considero o instrumento Plano de Urbanização, um instrumento particularmente importante, o mínimo de coerência que pode acontecer, que me é exigida, é que diga que estou de acordo. É evidente que estando de acordo com a proposta não posso deixar de subscrever todas as críticas, todas as objecções que aqui foram trazidas, quer pela bancada do PS, quer pelo Dr. Mangerão, que penso que falou em nome individual; portanto há muitas interrogações que permanecem e gostaria de ver esta proposta assumida, pelo menos do ponto de vista político, já que do ponto de vista formal não pode ser, se a Câmara assume esta proposta e como é que fundamenta essa sua assunção para poder ter uma posição definitiva?

Já agora, aproveito o estar a intervir sobre este tema para reafirmar uma questão que é a posição geral do PCP e da CDU sobre esta matéria. Nós não somos favoráveis à multiplicação indeterminada de Comissões que esvaziem de conteúdo os trabalhos da Assembleia; não achamos que deva haver Comissões permanentes, para isto, para aquilo e aqueloutro, as Comissões devem ser no essencial, Comissões eventuais para determinados objectivos, e em cada momento a Assembleia deve decidir se pode, se quer e se é útil definir uma Comissão para um determinado objectivo. Penso que neste caso desta Comissão não somos

João Pedro Dias

aqui meros representantes de nós próprios, que há muitos interessês em causa e que uma Comissão que funciona de maneira que possa em ligação quer com os eleitores que nos puseram aqui, quer com as forças políticas que representamos, mas principalmente em ligação com os eleitores, possa dar um contributo para que o documento seja melhor do que eventualmente se esse contributo não fôr dado; a Assembleia pode ter se quiser esse papel, mas, repito, esta opinião não é para invalidar as objecções, as críticas, as interrogações que aqui foram expressas por outras bancadas."

Vogal João Pedro Dias:

"Sr. Presidente Srs. Membros da Assembleia, durante bastante tempo esta Assembleia habituou-se a discutir o problema derivado de uma certa confidencialidade dos textos que vinham do Executivo Municipal, fossem documentos, fossem propostas, fossem planos; neste momento a própria Assembleia de certa forma não consegue dar a volta e está a discutir o método como essa confidencialidade deve deixar de existir e, aquilo que me parece, salvo melhor opinião, é que a própria Assembleia ainda não encontrou e não tem poder de resposta para dar a volta a esta situação. A Câmara Municipal, sugeriu a constituição alvitrou, aventou a constituição de uma Comissão eventual para acompanhamento da realização deste Plano; sugeriu a constituição dessa Comissão eventual, seguramente porque não existe uma Comissão permanente capaz de fazer esse acompanhamento e nós não nos podemos esquecer que esta Assembleia entre as várias competências que tem dentro dos limites e dentro dos quadros da lei desfruta de um poder de auto-regulamentação ou de auto-organização que lhe permite instituir essas tais Comissões permanentes se isso achar conveniente e, até agora não o fez. É evidente que se essas Comissões permanentes estivessem instituídas obviamente este problema já não seria colocado, porque já existiria a Comissão apropriada, a Comissão própria, o local próprio para este acompanhamento ser feito e, salvo melhor opinião entendo que assim é que deveria ser. Acontece porém, e reparem isto é um "mea culpa" que eu penso que todos os membros o podem e o devem fazer, ou pelo menos não colhe invocar a falta destas Comissões permanentes, dado que qualquer membro da Assembleia tem capacidade para propôr isso em sede de revisão de Regimento. O que acontece é este facto, é que as

Comissões não existem e a Câmara Municipal quis chamar à Assembleia a participar ou a acompanhar estes trabalhos.

Vimos esta proposta como uma proposta de abertura, de receptividade e de boa vontade e, por isso indicámos um elemento para integrar essa Comissão. Vou passar por cima de saber se essa indicação é da bancada ou é do Partido, se é do Partido ou é da bancada, eu penso que aqui funcionamos em termos de bancadas que tendencialmente coincidem com os Partidos, pessoalmente não vejo grande legitimidade para a Mesa da Assembleia se dirigir aos órgãos partidários, porque é com as bancadas que a Assembleia e que a Mesa se tem que entender e para isso existem os representantes das bancadas, mas dando isso de barato, creio que é uma oportunidade que a Assembleia não deve desperdiçar, ainda que eventualmente para concluir que as coisas não funcionam assim, mas se as coisas não funcionarem assim, então instituem-se as Comissões permanentes que houver lugar, estructure-se a Assembleia de outra forma, por forma até aquando necessário poupar algumas discussões que são feitas em sede do plenário e poderiam ser feitas em sede de Comissão."

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Vitor Martins e Joaquim Abreu.

Vogal Vitor Mangerão:

"Agradeço as achegas do Dr. Pedro Dias, mas quero lembrar uma coisa, é evidente que todos nós temos que assumir as responsabilidades se é disso que se trata, de até este momento a Assembleia não ter gerado as suas próprias Comissões, mas tudo tem a sua razão se ser, esta Assembleia não tem gerado Comissões porque se o tivesse feito noutras alturas talvez tivesse sido criticada politicamente por estar a incentivar o contróle da Câmara ou a despertar antagonismos ou alimentar conflitos etc..

Nunca o relacionamento desta Assembleia com a Câmara, passou por uma fase de construção pacífica e serena que permitisse esse passo em frente, que eu defendo e justifico, das Comissões, porquê? nós estamos num município onde houve toda uma transição política com os seus pontos gravosos e que até nos devíamos dar parabéns por isto ter decorrido tudo de uma forma tão pacífica, não vou estar aqui a relembrar velhos tempos ou próximos velhos tempos, mas é evidente que Aveiro

Ar *Ben* *Paul*
ressente-se disso, mas é uma coisa que nós assumimos com naturalidade, ou seja, não se venha dizer agora que estamos a falhar a uma coerência porque, não criámos as Comissões e poderíamos ter criado, vêem-nos propôr uma Comissão e agora dizem-nos que nós estamos a levantar problemas, não, não se trata nada disso, cada coisa no seu tempo, nós já criámos algumas Comissões, não temos Comissões permanentes, mas até este momento também não houve uma vivência municipal que suscitasse isso como a forma mais adequada de resolver certos problemas, mas se fôr preciso, se houver consenso, já hoje nesta reunião nascem aqui três ou quatro Comissões, depois não se queixem, portanto vamos lá a desdramatizar essa coisa.

Pessoalmente, e penso que há mais quem pense assim não só na minha bancada: há um problema sério que interessa à colectividade, a questão da urbanização não é só com a Câmara que está é com a população toda e nós estamos aqui em termos de representar os interesses da população - qual é a melhor maneira de representar esses interesses? é assumi-los; face a uma questão concreta que é a feitura de um Plano de Urbanização, é óbvio que nós não podemos agarrar na primeira prenda que nos dão, aquilo que se disse aqui é assim: com um Plano Estratégico a ser desenvolvido, para mim deveria ser um elemento de filosofia prioritário, para o qual não é solicitado nenhuma Comissão de acompanhamento, eu vejo imensas dificuldades em assumir acompanhamentos de Planos de Urbanização, ou seja, venha a proposta elaborada como deve ser e hoje mesmo nasce aqui uma Comissão permanente e não uma Comissão de acompanhamento e, sobretudo nada de confusões entre quem representa quem, porque, ou essa Comissão de acompanhamento é gerada nesta Assembleia, vincula esta Assembleia, assume-se politicamente ou então é uma Comissão de acompanhamento da competência da Câmara, ajuda a Câmara, ajuda o Gabinete, o problema é deles e nós ficamos onde estamos, agora misturas dessas não, nunca foi assim no passado e não vamos agora criar um precedente que pode inquinar o futuro, por isso, solicito esclarecimentos."

Vogal Jorge Nascimento:

"Creio que a questão é mais simples do que parece fazer crer-se; a Câmara tem um papel definido que é este: é autora de qualquer proposta definitiva que venha a esta Assembleia e, nisso vamos ser claros,

27
João Pedro
[assinatura]

a Câmara, penso que não quer nem deve partilhar a autoria de qualquer proposta que aqui venha em última análise para ser votada, a Câmara contratou, tem o dever de elaborar a proposta de um Plano de urbanização da cidade, contratou um órgão estritamente técnico que depois emoldurará à sua opção política, é por isso que a Câmara é política. Agora nesta fase de elaboração a Câmara fez sentir que quer ouvir os protagonistas da cidade e quer ouvir a Assembleia, como há-de querer ouvir em discussão pública os cidadãos e outras organizações, sem que com isso venha a acolher todas as posições como parece fazer crer-se com isto da Comissão mista de Câmara/Assembleia, a meu ver não é nada disso, a Câmara quer colher opiniões, achegas argumentos válidos ou inválidos, que depois criticará politicamente e donde sairá um Plano. Aos agrupamentos aqui no meu entendimento e por Regimento e por lei geral compete-lhes acompanhar e fiscalizar a acção da Câmara, portanto o problema aqui não é que a Câmara venha a dizer é esta a proposta; agora os agrupamentos dão ou não o seu contributo, a Câmara desenvencilhou-se do seu papel e até foi além do que devia, porque como muito bem disse aqui o Dr. João Pedro, é a Assembleia que deve tomar a iniciativa de querer acompanhar, não deve ser solicitada, e nós nisso devemos merecer a crítica pública por não sermos nós a tomar a iniciativa e termos de ser solicitados a envolver-mo-nos no assunto.

Nós podemos tomar a iniciativa de constituir Comissões e querer acompanhar independentemente de sermos solicitados ou não. Então se tomarmos a opinião na feitura dos documentos quando eles estão elaborados, perdemos um pouco de capacidade crítica do ponto de vista político e moral, quando as nossas achegas, as achegas da Comissão forem acolhidas, redobrá-las-emos quando a Câmara que é autor do projecto as não acolher, ficaremos responsáveis se não opinarmos como devemos, é este no meu entender com todo o respeito pela opinião contrária, é este o meu entendimento, portanto que fique claro que a Câmara não fica vinculada na elaboração do seu projecto às opiniões, fica vinculada se as opiniões tiverem mérito, e são equacionadas do ponto de vista da sua opção política, por isso é que há diversidade de ideologia dos partidos senão seríamos todos iguais e, o órgão técnico, aquela empresa que foi contratada para elaborar o projecto, não deve ser mais do que um instrumento para a elaboração de um Plano que é

estritamente político, é do ponto de vista da governação do que é bem e do que é mal, e não é do ponto de vista técnico que estas coisas se devem fazer."

Presidente da Câmara Municipal:

"Bom, não imaginava que com a carta que escrevi ao Sr. Presidente da Assembleia se gerasse esta discussão, mas penso que é salutar e é importante que tenha acontecido porque dá oportunidade de, com palavras simples e com a abertura habitual dizer quais foram as razões porque é que escrevi ao Sr. Presidente da Assembleia. Começo já por dizer que foi a primeira medida que tomei, mas que também está pensada a mesma situação para o Plano Estratégico, logo que haja elementos, logo que haja motivo para que de facto pudesse acontecer uma mesma posição ou outra acompanhar também o Plano Estratégico. As razões são simples e foram aqui já evidenciadas, já aqui foi dito que urbanizar não é fácil é conflituoso, diz respeito a todos e, quantos mais se pronunciarem naturalmente que mais aperfeiçoado, mais completo, melhor responderá àquilo que se anseia de um trabalho desta importância, que é o Plano de Urbanização. Isto não esvaziará as competências da Assembleia, não passou pelo nosso pensamento de que os representantes dos grupos parlamentares fiquem impossibilitados de dizer não na hora própria ou de colocarem os obstáculos que entenderem na apreciação final, na decisão conjunta desta Assembleia.

Não há da parte da Câmara qualquer outra intenção a não ser a colaboração e a melhoria de um trabalho importante para a cidade. Pretende-se a sugestão real, a informação, o esclarecimento, matéria esta para ser recolhida pelo próprio Gabinete Técnico. Nada temos contra a criação de uma Comissão permanente, é a necessidade que o impõe, é o interesse como tenho demonstrado até aqui em que não estejamos de costas voltadas sempre que tenhamos que decidir documentos muito importantes para a cidade. Esta foi a ideia, é simples, é modesta, é franca, é aquela que presidiu à carta que enderecei ao Sr. Presidente da Assembleia, não como proposta, mas com o pedido e verbalmente falámos nisso, conversámos com a Conferência de líderes, colocámos-lhe a questão, se aceitavam ou não aceitavam. Não se trata de forçar a Assembleia a tomar uma decisão. Seria para mim grato, seria para a Câmara no seu todo, ter de facto connosco a maior representatividade

J. J. Sousa
R. J. Silva

desta Assembleia, a participação efectiva que naturalmente vinculará o Gabinete que está a fazer o Plano, não pretendemos com isso vincular a Assembleia em termos de responsabilidade, em termos de decisão final, em termos de apreciação aberta."

Vogal Custódio Ramos:

"Ouvi com agrado as palavras do Sr. Presidente da Câmara e dir-se-ia que este ano de 96 é para ele e face aos antecedentes da Câmara de Aveiro, nomeadamente sobre a Presidência do seu antecessor, dir-se-ia que com os novos ventos que politicamente grassam pelo país, Aveiro através do Sr. Professor Celso Santos parece que também está a encetar agora a via do diálogo concertado permanente com todas as forças incluindo esta Assembleia Municipal, confesso que fiquei sensibilizado, ficam-lhe muitíssimo bem estes sentimentos, isso demonstra que de facto o Sr. Presidente está atento à evolução da sociedade deste país e também da sociedade aveirense, só que esta proposta está eivada de um pecado original que foi a forma como ela foi colocada "ab início" incluindo a discussão que foi travada no seio da Comissão de Representantes, se porventura essa Comissão "embarcasse" a 100% já teríamos a Comissão de acompanhamento a funcionar e eu abro aqui um parentese para dizer que, está-se a desvirtuar a competência da Comissão de Representantes, apenas tem por missão ajudar, colaborar com a Mesa da Assembleia tendo em vista o melhor funcionamento desta Assembleia e da Mesa e só isso, portanto, e voltando à minha conversa inicial, nota-se uma certa abertura por parte do Sr. Presidente da Câmara e, digo isto com sinceridade, não é só no caso de hoje, tem havido ultimamente uma certa abertura até porque talvez o Sr. Presidente se convenceu que para levar a sua água ao seu moinho e o seu mandato a bom porto terá que ter a cooperação de todos nós.

Se porventura a Mesa da Assembleia, acho que ela é que deve conduzir este processo, achar e eu por mim acho que sim, vamos encetar uma nova época e vamos criar Comissões permanentes por áreas, o Regimento prevê isso, a Mesa da Assembleia através da Conferência de líderes que avance com uma proposta tendo em vista a constituição de Comissões permanentes, genéricas por áreas, porque eu já ouvi o Sr. Presidente da Câmara dizer: "agora para o P.U. que eu aponte aqui, para o P.E.", mas depois ficam de fora os PP e os PMOTs", não! ou é para

fr *seu* *Paul*
tudo ou não é para nada Sr. Presidente, não é para aquilo que o Sr. Presidente escolhe, se alguém tem que escolher é esta Assembleia. Estejamos abertos para todo o Planeamento, para toda a Urbanização, para todo o Ordenamento do Território, agora expressamente nos termos em que foi posto este problema hoje aqui, digo, pela minha parte não pode ser nada, reconvertam a proposta através da Mesa da Assembleia, reconsiderem toda esta cooperação de todos estes novos tempos que é preciso implementar e, eu estou de acordo que esta Assembleia alinhe por aí e que estabeleça um diálogo e co-responsabilização entre o Executivo e esta Câmara.

Presidente da Mesa:

"Só queria dizer que em relação à competência da Conferência de Representantes, o ponto de vista do Sr. Custódio Ramos é esse, acho que poderá ser um bocado discutível, o Regimento diz que: "compete à Conferência de Representantes pronunciar-se sobre assuntos que tenham a ver com o regular funcionamento da Assembleia" ora bem, quando a Assembleia não está em reunião alguém tem que resolver os problemas de funcionamento dessa mesma Assembleia; eu interpreto e não sei se é uma posição correcta, mas é à Mesa que compete fazer a interpretação e interpreta-se que o funcionamento da Assembleia é o funcionamento permanente, não é só em reuniões, e portanto fora de reuniões como terá que haver o apoio dessa Conferência de Representantes, foi isso que foi solicitado e foi assim que os Representantes das bancadas políticas interpretaram e portanto deram corpo à decisão que tomaram, decisão essa que evidentemente não foi definitiva, nem foi vinculativa, exactamente porque a Conferência de Representantes entendia que competiria à Assembleia, como é lógico, como é Regimental, tomar uma decisão definitiva, por isso veio agora aqui. Portanto é uma opinião do Sr. Custódio Ramos, não foi a opinião que as pessoas recolheram quando houve essa reunião."

Vogal Vitor Mangerão:

"Não ponho em causa o princípio de boa-fé que deverá reger o Sr. Presidente da Câmara ao tomar iniciativas destas. O Sr. Presidente da Câmara tem uma forma melíflua de apresentar os problemas que às vezes pode confundir-se com um aspecto capcioso mas nós sabemos que não é verdade, é ele mesmo que é assim e portanto é com boa intenção,

João *Beu*

simplesmente a política como sabe é a continuação da guerra por outros meios e vice-versa, e isto falar em novos tempos agora, salvo o devido respeito, (é até prova em contrário) eu não conheço novos tempos, conheço novas pessoas, conheço novas atitudes, mas há uma coisa feita que é a sabedoria da experiência e ainda está por comprovar muita coisa, porque se o Sr. Salavessa eventualmente por pertencer a um agrupamento minoritário tem interesse em ter maior protagonismo através dos mecanismos das Comissões, não há dúvida nenhuma que ao PP não basta ser maioritários na Câmara, também têm interesse em protagonizar mais ao nível da Assembleia do que aquilo que é a sua representação e daí também a coincidência, pelos vistos também têm muito interesse nas Comissões, simplesmente para o PP como está em convívência, aliás legítima, com a maioria do Executivo, não tem que levantar certos problemas que a oposição tem o direito e a obrigação de levantar e os problemas permanecem hoje os mesmos, é isto: o Sr. Presidente da Câmara esclareceu o seguinte - a ideia dele é: uma Comissão representativa da Assembleia que juntamente com o Executivo Camarário, em reuniões conjuntas com o Gabinete Técnico, irão vendo os assuntos e dando opiniões, eu pergunto: isto significa o quê em termos de funcionalidade, em termos práticos? o que é que é vinculativo? qual é o poder de decisão da componente Câmara e da componente representantes da Assembleia neste agrupamento? porque se os elementos da Assembleia estão lá, dão a sua opinião e depois quem decide o mérito ou não mérito é a Câmara, e depois o Gabinete faz o que a Câmara manda porque a Câmara é que é patroa política e patrimonial, então nesse caso os elementos da Assembleia estão lá só a emprestar o quê? companhia e dar legitimidade acrescida àquilo que a Câmara decidir, peço desculpa mas não me levem a mal, politicamente eu não faço favores desses, posso trocá-los, posso vendê-los, posso negociá-los, agora de mão beijada assim não, salvo se me provarem que o Sr. Presidente da Câmara está a pensar num mecanismo, diga assim: a reunião desses dois elementos, Câmara/Assembleia, farse-á de tal modo que, os consensos são obtidos desta maneira assim, assim e uma vez o consenso decidido será imposto ao Gabinete, mas isto garantidamente, simplesmente como esta proposta mais uma vez por melhor espírito que tivesse, por melhores intenções que tivesse veio para aqui sem aquilo que é fundamental numa

proposta, que é a fundamentação prévia, nós neste momento precisamos disto tudo passado a escrito, eu preciso, porque por mais novos tempos que haja eu continuo salvo o devido respeito sobretudo às Sras. presentes, com o "rabo queimado" de más experiências de Comissões anteriores e portanto tenho todo o direito e obrigação de pedir: esta fórmula tem de ser passada ao papel e eu proponia que a hora de jantar fosse aproveitada para que se chegasse a um eventual consenso quanto a uma proposta dessas, que co-responsabilizasse a Câmara e co-responsabilizasse todos os elementos da Assembleia, ou sim ou não, porque bastará isto, numa Comissão destas ou estão todos os partidos representados ou basta que um não entre e eu diga: a Comissão não tem força para andar para a frente, porque não pode ser como da outra vez com a questão do Cojo, isso foi um caso excepcional já em andamento que foi tomado por razões absolutamente ponderadas e ponderosas, eu pessoalmente não aceito que isso torne a repetir-se."

Vogal Cruz Tavares:

"Um Plano de Urbanização é feito por urbanistas; a ideia que parecer estar a vingar resultante das diversas intervenções é que vamos fazer Comissões, até Comissões permanentes para intervir nos planos etc.. A Assembleia Municipal não tem urbanistas, a Assembleia Municipal mesmo algum urbanista que tenha está aqui porque é um político, é um representante de opiniões, nós sabemos dar opiniões políticas, talvez não saibamos dar opiniões urbanísticas, portanto cada vez se frisa mais no meu espírito a oposição à constituição de uma Comissão para acompanhar um trabalho técnico, há assuntos técnicos que são apreciados politicamente e há assuntos que já nascem politizados que já são por natureza e por nascimento, por origem políticos, a este segundo grupo de assuntos justifica-se Comissões de Acompanhamento, desde o nascimento; agora assuntos que nascem técnicos, serem acompanhados durante o nascimento e a gestação etc, por políticos, acho que é uma ideia errada.

Finalmente para dizer mais uma coisa que toda a gente sabe: a posição do PCP através do Sr. Salavessa é compreensível para quem conheça o percurso desta força política, não há dúvida que a defesa de uma Comissão neste caso específico e a intervenção feita pelo Sr. Salavessa relativamente àquilo que ele pensa ser a ideia do autor do

projecto, resulta, é preciso dizê-lo e concerteza que toda a gente sabe, de uma sintonia ideológica entre o autor do projecto e a bancada da CDU, isso explica porque é que a linguagem consagrada da CDU e do PCP da luta de classes, da confrontação e dessas coisas todas na rua e fora da rua, se transforma neste caso numa gestão de conflitos, numa luta dialéctica que nos leva até Marx, até Engels; como está mudada a política em Portugal!"

Vogal António Salavessa:

"Foram feitas algumas intervenções que puseram em causa o sentido da minha posição. Em relação a essas questões só tinha a dizer o seguinte: não é pelo facto de haver ou não um Vereador do PCP ou da CDU na Câmara Municipal, que a posição aqui tomada seria diferente, isso não é critério. A Câmara Municipal de Espinho, tem um Vereador da CDU, aliás é uma Câmara de Presidência Socialista, o Vereador tem responsabilidades acrescidas na gestão municipal, visto que está a meio tempo e, não é por causa disso que a CDU deixa de defender a existência de Comissões, aliás quanto a Comissões a Câmara Municipal de Espinho até pode pecar um pouco por exagero; nem a presença de Vereadores tem sido no que diz respeito ao Partido Socialista a demonstração de uma consonância de posições em relação àquilo que é feito na Câmara e àquilo que acontece nesta Assembleia. Poderíamos fazer o exercício, buscando nas actas destes últimos anos, em quantas situações a bancada do PS aqui tomou uma posição completamente diferente aquela assumida pelos Vereadores do PS, portanto nem isso também não é garantia em relação a isso, portanto sendo plural não há de facto o mínimo de ligação e de colaboração inclusivé dentro da própria força política.

Quanto à insinuação velada e eu entendi-o como tal, àcerca das posições aqui tomadas poderem corresponder aos interesses do Gabinete ou de quem está à frente do Gabinete a quem foi adjudicado, eu diria o seguinte para que conste: nunca em nenhum momento falei com o Sr. Arq^{to} Ventura da Cruz, àcerca do processo do Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro - nunca em nenhum momento!"

Vogal João Pedro Dias:

"Sr. Presidente, se me dá licença eu gostava de pedir um esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara e que é o seguinte: da parte da bancada do CDS-PP, há toda a disponibilidade em integrar esta

Dr. Pedro Dias

Comissão quer ela existe, quer ela não exista. A questão que eu gostava de saber é se a Câmara aceita que as bancadas desta Assembleia acompanhem o estudo e a evolução do documento em causa, independentemente de existir ou não Comissão."

Presidente da Mesa:

"Não sei se o problema se pode pôr assim Dr. Pedro Dias, porque evidentemente que a Câmara pode aceitar, mas nessa altura já não serão os elementos desta Assembleia; portanto como elementos da Assembleia, é à Assembleia que compete decidir se tem acompanhamento ou não."

Presidente da Câmara Municipal:

"Queria reafirmar o que disse há pouco e manter a posição tomada e naturalmente referir que as opiniões que possam ser recolhidas pela Comissão que eventualmente possa vir a ser constituída, terão naturalmente poder vinculativo para o Gabinete e para a Câmara Municipal, pois não seria correcto da minha parte estar a chamar uma representação da Assembleia para participar na realização do Plano de urbanização e dizendo: obrigado, agora a gente não vai ligar nada ao que tu disseste. Ponto assente, as coisas são feitas a sério e não a brincar."

Independentemente da criação de Comissão ou não, se algum dos Srs. Deputados, por gosto de participar, ou por curiosidade, pode sempre que o quiser, eu transmito à Assembleia os dias em que se fazem as reuniões e está aberta a porta para quem quiser estar connosco durante o período em que o Gabinete conversa com os técnicos."

Não se registando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação a proposta em apreço, tendo a mesma merecido aprovação por dezoito votos a favor, sendo treze votos do PP, um voto da CDU e quatro do PSD; sete votos contra, sendo três do PSD e quatro do PS e cinco abstenções, sendo quatro do PSD e uma do PP.

Seguiram-se declarações de voto dos seguintes Vogais:

Do Vogal António Salavessa, nos seguintes termos: - *"Além dos argumentos que coloquei durante a discussão, votei a favor no seguimento do princípio de votar as propostas pelo seu conteúdo e não a sua proveniência. Votei a favor também, no pressuposto de que uma vez deliberada, todas as forças políticas representadas nesta Assembleia colaborem na sua constituição. Se alguma das outras forças políticas não*

participar a CDU também não participará e, no pressuposto de que caso seja constituída que sejam esclarecidas algumas interrogações quanto ao funcionamento, quanto ao papel, portanto no próprio processo da sua constituição, portanto com essa reserva também."

Do Vogal Pedro Dias, nos seguintes termos: - "Sr. Presidente, nós votámos a favor na pressuposição, expressando o desejo de que esta Comissão possa a breve prazo transformar-se numa Comissão eventual, numa Comissão de carácter mais permanente e na convicção de que todas as forças desta Assembleia vão saber respeitar uma deliberação democraticamente tomada pela Assembleia, que deliberou constituir a Comissão e portanto democraticamente irão integrar essa Comissão ainda que eventualmente possam ter discordado da sua constituição, democracia oblige."

Do Vogal Armando Vieira nos seguintes termos: - "Votei a favor convicto de que esta Comissão poderá com a sua colaboração evitar alguns dos erros graves que se cometeram nesta cidade, alguns que são conhecidos de todos nós e outros que estão apenas no plano das intenções e que esta Comissão ajude este Executivo a corrigir alguns erros bem graves para todos nós, para a nossa cidade que poderão ser cometidos se não foram travados a tempo. Votei a favor ainda na expectativa de que em futuras Comissões que tenham que intervir na área global do concelho, que as freguesias rurais estejam representadas, porque advém de alguma forma dali a sensibilidade para os problemas do mundo rural que não têm sido, (perdoem-me algumas pessoas aqui presentes) não tem sido presentes nas Comissões entretanto constituídas."

Do Vogal Custódio Ramos: - "Consideramos que é anti-Regimental a designação de uma chamada "Comissão de Acompanhamento". O Regimento é claro quando prevê Comissões permanentes ou Comissões eventuais para casos específicos, e no caso concreto trata-se de uma Comissão que vai contra o princípio da independência entre o poder Executivo e o poder deliberativo. Somos abertos como foi referido durante o debate, à instituição de Comissões

permanentes ou eventuais, por áreas, por matérias e consideramos que uma vez instituídas essas Comissões elas terão um poder que lhe seja delegado por esta Assembleia, na medida em que cada uma delas, é uma síntese do poder que reside em toda esta Assembleia e como tal, as Comissões na nossa concepção, são para dialogar, cooperar com o poder Executivo, mas em termos institucionais e não nesta osmose, nesta confusão, neste atropelamento entre o poder Executivo e o poder deliberativo."

Vogal Raul Martins:

"Pensei que no fim da votação se iria concretizar essa Comissão, mas uma vez que o Sr. Presidente achou por bem não a concretizar, era para afirmar que o grupo parlamentar do Partido Socialista não integra essa Comissão."

Presidente da Mesa:

"Dr. Raul Martins, eu não pedi agora para se concretizar a Comissão, porque me parece que não é forçoso ser constituída neste momento; julgo que não competirá neste momento às bancadas dizer se vão ou não apresentar o seu representante, depois darão a resposta no momento oportuno. De qualquer maneira é evidente que deverão designar o seu representante de acordo com o que aqui foi deliberado, se assim o entenderem, mas isso ficará depois para uma segunda oportunidade."

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira parte da reunião, seguindo-se um intervalo para o jantar.

2ª PARTE

Pelas 21,35 Horas, retomaram-se os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente, Rogério da Silva Leitão, Primeiro Secretário, António de Sousa Dinis Correia, Segundo Secretário, José Arménio Sequeira Pereira, em substituição do titular eleito, Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Élio Delgado da

Maia, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, João Pedro Simões Dias, Diogo Manuel Soares Machado, José Alberto Martins de Carvalho, José Maria Dias da Silva, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Vitor Manuel da Silva Martins, Vitor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, João Gabriel Ferreira Santos, Joaquim dos Santos Abreu, Artur da Rosa Pires, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Joaquim António Calheiros da Silveira, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Fernando António Portela Rocha Andrade e Libério da Silva Santos.

Imediatamente a seguir retomou-se a ordem de trabalhos:

PONTO Nº 3 - CÂMARA MUNICIPAL - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 1996

GENERALIDADE

Deliberação da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de 95.12.07: - "CÂMARA MUNICIPAL - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 1996: - Iniciados os trabalhos, o Sr. Presidente começou por apresentar ao Executivo o projecto do Plano de Actividades para o próximo ano, que havia sido previamente distribuído por todos.

Usou da palavra o Vereador Dr. Nogueira de Lemos para, em nome do PS, mostrar discordância pela metodologia adoptada na apreciação e discussão destes documentos, dado não ter havido outras reuniões preparatórias, sendo agora confrontados apenas com a possibilidade de pedir esclarecimentos e subsequente votação, o que, em sua opinião, não permite o debate. O Sr. Presidente respondeu que, para

além de já por diversas vezes ter pedido sugestões para a elaboração destes documentos e de os ter distribuído atempadamente, conforme o teor das deliberações tomadas em 09 de Outubro e 10 de Novembro, findos, continua aberto a todas as sugestões e alterações que entendam ser apresentadas e se ache conveniente e ainda possível introduzir.

De imediato, os Vereadores Dr. Nogueira de Lemos e Eduardo Feio apresentaram as questões que a seguir se referem e que, caso a caso, foram sendo esclarecidas pelo Sr. Presidente, com a intervenção de todos os membros, as quais, nalguns casos, motivaram alterações ao documento inicial: no **Objectivo "Educação"** pediram esclarecimentos sobre as acções "Apoio ao Ensino Especial Integrado", "Educação de Adultos e Extensão Educativa" e "Apoio para Expediente e Bolseiros", no **Objectivo "Cultura, Desporto, Tempos Livres e Juventude"** levantaram questões ligadas ao início da segunda fase dos Museus Municipais e subsequente instalação do Museu da República com o espólio doado pelo Professor Pedro Vicente, ao modo de gestão do Programa Museológico da Ria, ao andamento do processo ligado à aquisição de equipamentos audiovisuais para o Centro de Congressos, ao montante da verba que está destinada à aquisição do Teatro Aveirense e que é inferior ao ano passado e como decorre o processo de negociação do mesmo, em que consiste o programa para o desenvolvimento associativo, montante do apoio à actividade Teatral, inclusão dos Corais no apoio a colectividades musicais, quais os objectivos da segunda fase do Projecto Raízes, como irá ser feito o apoio ao artesanato, se o II Encontro de Músicas será ou não integrado no programa das Festas da Ria, qual o programa para as Comemorações do Centenário do Cinema, se já está definida localização para o Monumento à FAP, qual o ponto da situação sobre a Pista do Rio Novo do Príncipe e se alguma diligência foi feita no sentido de se vir a tornar um projecto intermunicipal, com que equipamentos vai arrancar a implementação da Zona Desportiva, qual o enquadramento das beneficiações no Estádio Mário Duarte e Piscinas nos protocolos com o Sport Clube Beira-Mar, se o apoio aos agentes desportivos inclui o Programa Olimpo e como vai ser distribuída a verba no apoio a actividades de Associações Juvenis que parece ser diminuta e até desenquadrada de uma política de Juventude; no **Objectivo "Acção Social"**, questionaram, em especial, sobre como irá decorrer o apoio à

construção do Centro Cultural de Esgueira, qual o estádio da obra de construção do Edifício da Junta de Freguesia de St^a Joana, se na adaptação da Escola do Largo Maia Magalhães irá surgir um Centro de Dia e quem o irá gerir, se é considerada suficiente a verba para o apoio à Universidade da Terceira Idade, que é o único projecto, diferenciado nesta área.

No uso da palavra, os Vereadores Dr. Nogueira de Lemos e Eduardo Feio continuaram a apresentar as seguintes questões: no **Objectivo "Habitação e Urbanização"** e concretamente quanto ao Programa "Planeamento Urbanístico", solicitaram esclarecimentos sobre qual o sistema de informação geográfica a adquirir e quais as cartas a actualizar e digitalizar, o porquê de alguns Planos de Pormenor mencionados no Plano de Actividades do ano findo não estarem incluídos neste Plano, não obstante ainda não estarem finalizados, o andamento do P.P. das Glicínias e a sua compatibilização com um projecto de loteamento já em fase adiantada, se há articulação dos estudos das cartas industriais e de rede de equipamento de saúde com o PDM, o P.U. e o PEC; no Programa "Iluminação Pública" se existe uma estratégia de iluminação associada à prevenção à delinquência e quais os objectivos do estudo para a Zona da Beira-Mar; no Programa "Urbanização" como decorrem e em que fase se encontram a execução das infraestruturas das urbanizações de iniciativa da Câmara Municipal e se existem outros locais para urbanizar; no **Objectivo "Saneamento e Salubridade"**, interrogaram se as redes de saneamento previstas são todas as necessárias para que se tire partido de todos os projectos postos a concurso pela AMRIA; no **Objectivo "Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público"**, no Programa "Turismo", perguntaram se existe coordenação intermunicipal e com a Região de Turismo Rota da Luz na realização das Festas da Ria, como irá funcionar a Lancha de Turismo St^a Joana e o Posto de Turismo; no Programa "Mercados e Feiras" se há estudos para análise e redução dos impactos de funcionamento do novo Mercado de Santiago e estudos para a reconversão do Mercado Manuel Firmino, o porquê de diminuição de verbas destinadas à implantação do novo Parque de Feiras e Exposições e se já há local definido e que estudos fundamentam a iniciativa quanto à implantação do Luna Parque e a criação do Gabinete de Apoio ao Investidor/Observatório Municipal; no **Objectivo "Comunicação e**

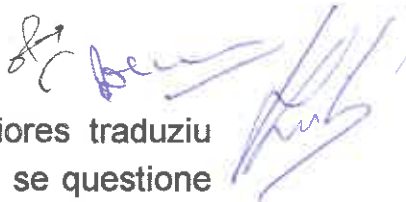
A. Feio

Transportes”, questionaram no Programa “Rede Viária e Sinalização” o porquê da diminuição de verbas nas Pistas cicláveis; no Programa “*Transportes*” qual a perspectiva estratégica para a Transria e que tipo de embarcações se pretendem adquirir; no Objectivo “*Defesa do Meio Ambiente*”, e no Programa “*Jardins*”, perguntaram em que consiste a iniciativa de reabilitação da Ponte da Rata e se há contactos com a JAE e no Programa “*Apoio a Estabelecimentos de Ensino*” em que é que consiste esse mesmo apoio; no Objectivo “*Requalificação Urbana*”, interrogaram porque não está perspectivado o eixo até à Baixa de Vilar, como é que o programa de urbanismo comercial jogará com as novas zonas de expansão da Cidade e qual a política municipal de licenciamento, o que se irá passar relativamente à Zona Histórica de Eixo e a que se refere a implementação ou elaboração do Plano de Salvaguarda de Esgueira-1ª Fase.

Seguiu-se uma breve troca de impressões, em que o Sr. Presidente mais uma vez prestou os esclarecimentos que lhe foram sendo solicitados e em que referiu que os documentos ora em apreço foram elaborados segundo os objectivos estratégicos que se referem na respectiva Introdução e de acordo com os meios financeiros disponíveis.

Passou-se, de imediato, à votação do Plano de Actividades e do Orçamento para 1996, tendo os mesmos merecido aprovação, por maioria, com os votos contra dos Vereadores Dr. Nogueira de Lemos e Eduardo Feio, que apresentaram a seguinte declaração de voto: “O Plano de Actividades deve ser um instrumento de administração, de compromisso político e de controlo social. Este é o conceito que defendemos para o principal instrumento de gestão da Câmara. Por isso mesmo o Plano de Actividades não pode limitar-se a apontar os projectos que impliquem despesas por investimentos, transferências de capital ou activos financeiros. O Plano deve também traduzir as intenções de actuação do município ao nível de projectos, mesmo sem tradução orçamental directa. A nosso ver o modelo de Plano deve ser reinventado e transformar-se num verdadeiro instrumento de gestão e de compromisso político com os Aveirenses que permita enfrentar de forma consequente os novos desafios com que Aveiro se depara.

Temos vindo a defender desde a nossa eleição, e já no nosso programa eleitoral o fizemos, a inovação dos modelos e metodologias de



actuação autárquica. O sentido de voto nos Planos anteriores traduziu sempre essa nossa postura por uma Câmara pró-activa que se questione constantemente e que crie novos instrumentos e métodos de actuação. O Plano de Actividades e Orçamento para 1996 que nos é apresentado contém em nosso entender algumas melhorias relativamente aos Planos dos anos anteriores (1994 e 1995). Essas melhorias porém, centram-se em questões essencialmente formais e de promenor, contrariamente às grandes apostas que pensamos essenciais para afirmação de Aveiro continuam a não estar inscritas nos documentos agora apresentados e que gostávamos de ver como objectivos deste Plano de Actividades, concretamente: - a Reorganização dos Serviços Municipais que continua a não existir para além do plano das intenções, não sendo inscrita nenhuma acção nessa área o que consideramos necessariamente preocupante; - a Inovação e a Inserção Regional e Nacional e Internacional, pois hoje não se pode perspectivar o desenvolvimento do concelho e da região sem uma estratégia perfeitamente definida nesta área. Aveiro para se afirmar tem de potenciar um conjunto de vantagens competitivas e construir vantagens colaborativas na rede do sistema urbano nacional, o que passa por se assumir em Plano de Actividades um Objectivo específico nesta área capaz de promover novas estruturas e acções inovadoras que permitam integrar e potenciar iniciativas dispersas; - Qualificação e Valorização Urbana pois pensamos que uma autarquia que gere um concelho como o de Aveiro, sujeito a grandes pressões urbanísticas que implicam modificações nas estruturas tradicionais de ocupação do território e conflitos ao nível do ambiente urbano, não pode limitar a sua política à simples existência de um objectivo de requalificação urbana no Plano de Actividades. Para nós é importante que possamos perspectivar de uma forma integrada todos os problemas que se vivem no nosso espaço urbano e periurbano, desde a qualificação de núcleos urbanos nas freguesias rurais até à valorização de espaços urbanos consolidados no centro da cidade. Não basta requalificar é preciso qualificar e valorizar. Pensamos assim que o Plano de Actividades da Câmara Municipal de Aveiro deveria assentar em 5 áreas estratégicas de actuação municipal (que incluam programas, projectos e acções que trespassem todos os objectivos) com vista a que Aveiro se afirme no contexto regional e nacional, como um concelho de grande qualidade. Assim: 1. A Reorganização dos Serviços

Municipais; 2. A Participação/Implicação dos Aveirenses no processo de desenvolvimento do Concelho; 3. A melhoria da qualidade de vida e a aposta na cultura; 4. Infra-estruturas e acessibilidades; 5. Inovação e Inserção Regional, Nacional e Internacional. São estas as áreas que consideramos estratégicas e fundamentais para o desenvolvimento de Aveiro. Perante as diferenças substanciais entre o quadro de referência que comporta as nossas propostas e a estratégia perceptível no Plano de Actividades que nos é proposto, vemo-nos obrigados a votar contra. Ao votarmos assim não estamos a pôr em causa muitos dos projectos e acções do Plano que consideramos de importância municipal. Fazemo-lo porque estamos convictos que esta atitude traduz as nossas diferenças de projecto para o concelho e contribui para que todos tomemos consciência de que os desafios com que hoje nos confrontamos exigem respostas ousadas que passam por um processo de diálogo e concertação capaz de mobilizar os diferentes agentes e parceiros sociais do concelho."

Os Vereadores Srs. João dos Santos e Tenente Coronel Albuquerque Pinto apresentaram, também, a seguinte declaração de voto: - "O Plano de Actividades e Orçamento para 1996, apresentado pelo Executivo (permanente) Camarário, merece-nos os seguintes comentários, a título de declaração de voto: a) são dois documentos elaborados pela maioria CDS/PP, que é como todos sabemos, quem tem a responsabilidade de administrar a Autarquia; b) reconhecemos que os referidos documentos traduzem as suas opções e a sua política, que tanto quanto nos tem sido possível interpretar, são opções grandemente condicionadas pelas disponibilidades orçamentais; c) numa Autarquia onde apesar de tudo as carências são grandes em relação aos recursos disponíveis, as necessidades que têm à sua frente proporcionam um vasto e variado leque de opções e quem tem a responsabilidade da gestão autárquica, e dia a dia se confronta com ela, pode com maior clareza escolher as opções; d) por outro lado, as pequenas propostas que os Vereadores do PSD se permitiram fazer, de correcção em uma ou outra "acção", foram consideradas no Plano do Executivo CDS/PP; e) sendo óbvio que este nunca seria um Plano de Actividades de uma maioria PSD, consideramos que esta sendo a proposta do Plano de Actividades e Orçamento da maioria, e não contendo qualquer "objectivo" ou "programa" que colida de forma gritante com a nossa perspectiva, bem como o que

atrás se refere, aprovamos os documentos apresentados, fazendo fervorosos votos para que seja cumprido, por quem tem a função e obrigação de o executar."

Seguidamente usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação da proposta supra, cuja documentação foi previamente distribuída por todos os Deputados desta Assembleia. Deu ainda esclarecimentos sobre os grandes objectivos do Plano e do Orçamento, que se pretendem atingir no âmbito da administração municipal para o ano de 96, colocando-se de imediato à disposição do plenário para eventuais esclarecimentos relativos à matéria em apreço.

Aberta a discussão usou da palavra:

Vogal Raul Martins:

"Sr. Presidente, li com alguma atenção o Plano de Actividades e Orçamento para 96 e durante a sua leitura não pude deixar de pensar por mais isotérica que pareça a associação de ideias e salvas as devidas distâncias num homem que povoou o meu imaginário juvenil - o Luisinho Viseu. O Luisinho Viseu, uma figura que os Srs. conheceram, era uma pessoa bem típica na cidade, era um homem simples, digamos que mesmo um verdadeiro simples na acepção popular do termo, sem meios, sem fins, sem destino, era uma figura típica reconhecida por todos, acarinhada por muitos e zombada pela miudagem, vagueava sem tino pelas Ruas da nossa cidade. Com a nossa Câmara passa-se o mesmo..., sem liderança, sem confiança, sem uma visão que dê ao concelho esperança, arrasta-se pelos Paços do Concelho carpindo as mágoas pela falta de meios para acudir às múltiplas e visíveis necessidades concelhias, procurando descobrir noutros, as desculpas para as suas incapacidades e remetendo-se à visão niilística e determinística de quem não querendo ou podendo alterar o futuro, sabe que apenas lhe resta esperar.

Mas como todos nós, o Luisinho Viseu tinha também os seus momentos de glória, mal soavam os acordes de uma qualquer arruada prenunciadora de festa assim ele se preparava para a função vestindo-se a rigor e polindo as suas sempre acrescentadas medalhas que engalanavam o seu casaco das cerimónias oficiais, e aí, ia ele qual general à frente do seu exército, qual maestro a dirigir a maior filarmónica do mundo a viver o seu sonho e creio, era feliz nesse dia. Também a nossa

gg *Ben* *Ant*
Câmara tem os seus dias de glória, é o dia da apresentação do Plano de Actividades e do Orçamento Municipal, nesse dia não há misérias nem frustrações, esse é o dia de sonhar, de que se tem rumo, que há um caminho, que se é general. Infelizmente varrida a festa, o Luisinho voltava para a sua triste vida sem esperança, o mesmo acontece com a nossa Câmara.

Mais uma vez, mordomos da festa aqui estamos para cumprir o ritual, mas, sem lhes tirar a felicidade a que julgamos terem direito, gostaríamos de perguntar se não é altura de despertar e de racionalmente encarar a vida? O Plano de Actividades e Orçamento aqui apresentado não é obviamente para cumprir, como não foram os aqui aprovados em rituais passados e, a nós, simples comparsas desta comédia que nos faria a todos rir se não fosse tão trágica, advinhando mais um ano de adeamento desta cidade, resta-nos esperar pelas eleições, e para esclarecimento de todos aqueles que não compreenderam ou não concordam com estas minhas singelas palavras eu pediria ajuda do Sr. Presidente da Câmara: por favor diga-lhes Sr. Presidente qual é o nível de cumprimento do Plano de Actividades e Orçamento que, em idêntico ritual aqui foi aprovado faz um ano; diga-lhes por favor Sr. Presidente quanto é que é proposto neste Plano e Orçamento, agora acrescentado para cerca de sete milhões de contos, quanto é que vai cumprir? meus senhores, não gostaria de retirar a felicidade a ninguém, fundamentalmente porque acho que todos temos o direito e o dever de ser felizes; não posso porém, por acção ou omissão alimentar quimeras de quem não querendo ou não podendo racionalizar os problemas que envolvem esta cidade, prejudica de facto o nosso futuro colectivo."

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Francisco Costa Braga e Artur Lobo.

Vogal Olinto Ravara:

"Sr. Presidente, na globalidade gostaria de analisar este Plano quanto à forma e quanto ao conteúdo; quanto à forma penso que está melhor apresentado e é mais realista do que o último Plano de Actividades; o Sr. Presidente da Câmara já o disse, houve a preocupação, houve o cuidado de não empolar o Plano. Penso que na verdade para sermos sérios, para sermos honestos, temos que procurar traduzir no Plano de Actividades aquilo que concretamente, objectivamente somos capazes de

AJ
de
un

fazer; mesmo assim, considero este Plano um bocado ambicioso e, considero um bocado ambicioso, porque conforme o Sr. Presidente disse, há graves limitações de ordem financeira, as receitas não dão para as despesas e portanto há que decidir e, é nesta tomada de posição que talvez se possa distinguir uma tomada de posição deste Executivo, de um eventual Executivo liderado pelo PSD. É evidente que a assunção dos compromissos do passado condicionam em 90% as opções deste Executivo, daí que, relativamente à forma, alteraram-se na verdade os considerandos, alterou-se a forma de apresentação dos Objectivos, mas na realidade o seu verdadeiro conteúdo a mim deixa-me transparecer uma grande linha de continuidade relativamente ao Plano anterior; ainda que por outras palavras vamos ao mesmo e eu não queria ser exaustivo, mas poderia ler-vos quais eram os principais Objectivos do ano passado e quais são os deste ano, de facto o conteúdo permanece idêntico. Também em abono da verdade acho que não poderia ser diferente, porque quem tem compromissos a cumprir, com as dificuldades latentes e que foram por demais evidentes no ano que agora terminou, dificilmente a Câmara Municipal poderia fazer outra coisa, louvo o esforço, louvo a tentativa séria de procurar aplicar o Plano de Actividades de 95, apesar de saber que de facto essas dificuldades financeiras se traduziram na não concretização de muitos dos Objectivos que lá estavam propostos.

São estas as considerações que se me oferece dizer de momento, acho que a Câmara Municipal tem que resolver de uma vez por todas o seu problema financeiro, foi importante neste Relatório ter desenvolvido mais algumas questões que estavam pendentes no anterior e que vieram à colacção durante o ano, nomeadamente a questão do "buraco dos três milhões de contos", foi importante o facto de tê-lo declarado e já ter feito algo de positivo no sentido de se chegar a um acordo que eu espero que venha a ser encontrado também na parte que diz respeito à EDP, e o mais depressa possível."

Neste momento abandonou a sala o Vogal Vitor Mangerão.

Vogal Armando Vieira:

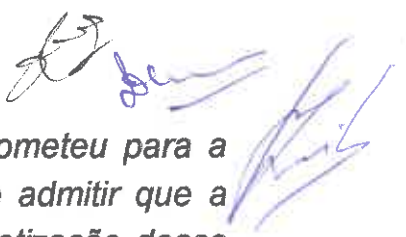
"Sr. Presidente, mais uma vez aqui estamos para falarmos deste documento de tão transcendente importância para a vida municipal; uma vez mais, devo dizer-vos desde já que sou levado tendencialmente a votar favoravelmente este Plano, porque em termos dos interesses da

fz
sem

freguesia que eu aqui represento ele me agrada. Temos que convir que temos que ter algumas reservas. Quero saudar e acredito na boa vontade do Sr. Presidente da Câmara e na Câmara, o novo estilo citado pelo Sr. Presidente da Câmara, louvo essa coragem porque isso é uma auto crítica que vos fica bem e é o reconhecimento implícito de que o estilo anterior não prestava e era preciso deitá-lo fora. Portanto estamos convictos de que este novo estilo virá ao encontro dos nossos anseios, dos anseios das populações que representamos e que de uma vez por todas os Planos sejam efectivamente para cumprir."

Vogal António Salavessa:

"Já aqui tivemos uma intervenção que diz que o Plano mais uma vez é para não cumprir; já tivemos outra intervenção que nos disse: é verdade não se pode fazer mais porque as receitas são poucas, há grandes limitações. Nesta primeira intervenção sobre o Plano aquilo que tenho a fazer é que, independentemente de não concordar com as opções, desafiar a Câmara a cumprir este Plano porque ele pode ser realizado se tiverem capacidade para isso, mais, é um Plano de vistas curtas, se há ano em que a viabilidade de concretização é grande é este ano de 96 e porquê? porque do total das receitas previstas, uma grande fatia está garantida à partida, por exemplo: nos outros anos a venda de bens de investimento era sempre prevista e era difícil concretizar, como a grande fatia da venda de bens de investimento este ano resulta da alienação do Cojo que já está feita, portanto trata-se de receber, é certo que essa verba vai ser recebida, mais, este Orçamento que nos é presente parte de uma base do FEF sem qualquer aumento, nem sequer contemplaram o aumento que já foi dado, porque o Governo na discussão do Orçamento rectificativo atribuiu ao Município de Aveiro conforme informação do Sr. Presidente, mais sete mil contos de dois duodécimos; é pena que o Governo não tenha decidido cumprir aquilo que estava previsto na lei e pagar todo o IVA social, teve aquele entendimento esquisito, como só existia há dois meses, só se responsabilizava por dois meses de pagamento, mas então é adquirido que para além da actualização que haja do fundo de equilíbrio financeiro deste ano, é adquirido que o IVA social, vai passar a fazer parte da base de cálculos, portanto, além de uma actualização normal, vai haver a actualização resultante da inclusão desses dezassete milhões de contos no conjunto da verba que é


distribuída a título de FEF, mais, se o Governo do PS prometeu para a legislatura a duplicação das receitas dos municípios, é de admitir que a actualização deste ano já seja um contributo para a concretização desse objectivo de legislatura. Há outra receita previsível para este ano que nem sequer foi incluída no Orçamento, está digamos, no saco azul das intenções: a alienação do Sistema do Carvoeiro vale um milhão de contos para o conjunto dos Municípios, à cabeça, a errada alienação através de concessão, do Sistema do Carvoeiro vale para o conjunto dos Municípios um milhão de contos, a participação do Município de Aveiro na Associação de Municípios é de 51%; quanto é que vai vir dessa alienação este ano para o Município de Aveiro? isso não está previsto nem no Orçamento dos Serviços Municipalizados, nem no Orçamento da Câmara; portanto, além das verbas que estão previstas há muito mais dinheiro que pode entrar este ano no município, por isso, desafio a Câmara a cumprir integralmente as suas promessas independentemente de não estar de acordo com elas."

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Manuel António.

Vogal Jorge Nascimento:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi com muita atenção a exposição do Sr. Presidente da Câmara, que aliás reflecte já a nota introdutória e a justificação que dá no documento apresentado. Concordo inteiramente com o Sr. Presidente quando refere uma coisa óbvia que é a do Orçamento estar condicionado naturalmente à capacidade de receitas; uma das críticas que comumente se ouve, se lê em relação aos Orçamentos que têm a ver naturalmente com o seu carácter programático e de bandeira política, aliás na linha do que muito bem e sabiamente referiu o Sr. Dr. Raul Martins, que normalmente as entidades se enfeitam põem as medalhas para vir alardear, vamos fazer mundo e fundos, mas eu chego à conclusão que neste caso, é um defeito de que normalmente enfermam todos os Planos que são de carácter programático.

Sou levado a crer que este Plano vai ter efectivo cumprimento, é honesto, inclui receitas que são mais ou menos previsíveis e que portanto este Plano virá a ter realização concreta, tem mérito e merece o meu aplauso."

Vogal Manuel António:

"Numa apreciação global ao Plano, constato neste Plano algumas melhorias em relação aos Planos dos últimos anos;

A. J. Pereira

nomeadamente uma das críticas que nós temos feito é que não tem havido nos Planos um fio condutor, uma linha política e neste Plano noto pela sua introdução e em alguns dos Objectivos que há uma preocupação em se arranjar essa tal linha política para o Município, e que em certa altura é resumida com os três Objectivos estratégicos, que eu concordo, poderão ser três, poderão ser mais, poderão ser redigidos de maneira diferente, não está isso em causa, mas eu concordo na generalidade com estes três Objectivos estratégicos, nomeadamente reforçar o papel de Aveiro como cidade centralizadora de influência regional; no que diz respeito ao relevar a imagem dinâmica da cidade nas vertentes cultural, desportiva e económica, penso que nós temos que ser muito mais ambiciosos do que isso e não falar só no relevo da imagem dinâmica da cidade, mas sim do concelho, penso que a cidade tem muito também a receber do seu concelho no que diz respeito às vertentes cultural e desportiva; cultural, podemos-nos lembrar que Cacia, penso que em termos de tradições é um dos expoentes da nossa cultura no que diz respeito às tradições; nas vertentes desportiva penso que não nos podemos nunca esquecer daquilo que se tem feito em S. Bernardo, daquilo que se tem feito também no Bonsucesso e se calhar noutras freguesias, por isso acho muito importante relevar a imagem dinâmica do concelho nas vertentes cultural, desportiva e económica e, para relevar não é preciso muito; ao contrário daquilo que se tem feito nos anos anteriores e se tem dito que a cidade de Aveiro não é dinâmica, acho que basta deixar que os cidadãos de Aveiro façam coisas que essas coisas aparecem; isto foi visto o ano passado, o ano passado de certa maneira viu-se que quando se criaram as jornadas da juventude, a juventude apareceu e, como antigamente se dizia que a juventude não queria e não se fazia nada para a juventude, é claro que a juventude não fazia nada, por isso, houve exemplos já concretos e queria realçar isto, que é fácil relevar a imagem dinâmica da cidade, porque esta dinâmica existe já na nossa cidade, existe já no nosso concelho.

No que diz respeito ao Orçamento, gostaria de perguntar porque é que sendo as receitas do ano de 94 e de acordo com o Relatório desse ano, de dois milhões duzentos e quinze mil contos e este ano estará previsto uma receita de três milhões de contos, uma diferença de quase 40% de aumento em dois anos, gostava de saber porque é que se prevê que as receitas correntes atinjam um montante muito mais elevado do que

JP
de
Pinh

aquilo que se verificou em 94, repito, em 94 o Relatório de Actividades diz-nos que são dois milhões duzentos e quinze mil contos de receitas correntes, este ano são previstas mais de três milhões de contos em receitas correntes, ou seja, deve haver uma explicação para este aumento, gostava de saber porquê?

Quanto às receitas de capital, gostava de realçar aqui que das vendas de bens de investimento, este montante de quase dois milhões de contos, cerca de um milhão e seiscentos mil, são devidos a venda de terrenos, o que quer dizer que eu gostaria de ver que é como receitas de capital, outros investimentos, que não investimentos primários da Câmara, como simplesmente venda de terrenos, o que quer dizer que o Orçamento se fosse qualquer coisa como cinco milhões e meio, era capaz de ser um Orçamento muito mais equilibrado àquilo que nós temos visto nos últimos anos em que se faz assim um orçamento grande demais, sete milhões de contos, depois na realidade vamos ver que o Orçamento não chega sequer aos cinco milhões, por isso penso, que cinco milhões, cinco milhões e meio de contos, se calhar já dava uma margem de manobra, mas de toda a maneira a Câmara poderá ter uma explicação, porquê este Orçamento de sete milhões no que diz principalmente respeito às receitas correntes e às receitas de capital.

Por último, gostaria também de fazer um reparo no forte investimento no Planeamento urbanístico, quando me parece que já à partida neste Plano começa a haver um desfasamento em relação ao PDM, aparecem aqui algumas rubricas que depois havemos de discutir na especialidade em que já estão em desacordo com aquilo que está previsto no PDM, por isso, até que ponto é que o Município deve investir bastante em planeamento urbanístico, para daqui a uns tempos se calhar estarmos como o PDM já está, quer dizer, afinal já não serve esse planeamento que se fez, tem que se fazer um novo planeamento, penso que o planeamento deve ser feito à medida das nossas necessidades, indo cinco, dez anos à frente, termos um planeamento como aqui se constata neste Plano de Actividades, para os próximos cinquenta anos, se calhar é um bocado exagerado e depois se calhar é trabalho e dinheiro que vamos deitar fora, porque se calhar daqui a uns tempos a evolução do município não vai ser nesse sentido em que se está a planear hoje, por isso, concluindo,

globalmente parece-me que há umas certas melhorias, um Plano muito mais agradável de ler, muito mais coerente."

Seguidamente o Sr. Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos necessários às questões que foram sendo levantadas pelos vários oradores no âmbito da matéria em apreço.

Vogal António Salavessa:

"Perante a questão que coloquei que não estão integrados no Orçamento na parte de receitas, aquilo que será legítimo esperar em função da participação que a Câmara teve no construir do Carvoeiro e no compromisso de quota que é de 51%, em relação à verba que indevidamente e incorrectamente na minha opinião e na opinião do PCP vai existir em resultado da alienação, foi dito: atenção porque a Associação tem um empréstimo de cerca de quinhentos mil contos a cumprir - pergunto, esse empréstimo é para ser pago pela Associação ou pelos Municípios componentes da Associação na exacta proporção da sua participação na quota, ou seja, é a Associação que tem que pagar ou é o Município de Aveiro que tem que pagar a parte 51% mais ou menos desses quinhentos mil contos?"

Vereador Vitor Silva:

"A Associação de Municípios pediu um empréstimo que foi autorizado pela Assembleia, de quinhentos mil contos, e que naturalmente ainda tem uma parte para pagar, não posso dizer neste momento quanto é, porque entretanto foi paga a verba correspondente aos juros, mas é a Associação que tem que pagar esse empréstimo. No entanto há um contributo quer para obras quer para pagamento de juros, da Câmara, que tem que pagar esses juros, ao longo dos anos foi pago por transferência da Câmara para a Associação de Municípios."

Vogal António Salavessa:

"No mapa de encargos anuais a satisfazer por liquidação de empréstimos está um compromisso da Câmara Municipal em pagar duzentos e cinquenta e três mil contos, dos quais ainda estão em dívida duzentos e trinta e dois mil, portanto está implícito neste Orçamento o pagamento dos compromissos do ano em relação ao projecto do Carvoeiro, que são duzentos e quinze contos de amortização, mais quarenta e dois mil oitocentos e nove de empréstimos, quer dizer a dívida

João
João
João

não está lá na Associação, a dívida está aqui no Município, por isso a previsão da entrada tem que estar aqui também."

Vereador Vítor Silva:

"Penso que o único erro que há aqui, é que deveria ter sido previsto a receita correspondente, embora neste momento não se saiba ainda qual é a receita."

Vogal Raul Martins:

"Que fique em acta que o grau de cumprimento do Orçamento e do Plano anterior será de 65% em contas a apresentar oportunamente a esta Câmara, e daqui se assume que a eficácia deste Executivo é 65%, mas se nós normalmente podemos retirar o futuro daquilo, dos actos passados e dos presentes, nós se calcularmos que o grau de eficiência é mais ou menos este, significa que de facto este Orçamento não é de sete milhões de contos ou melhor não serão para Executar ou para cumprir os sete milhões de contos, serão para cumprir sensivelmente quatro milhões e meio o que já não é nada mau; portanto Srs. Presidente de Junta, eu não estava tão contente e à partida não dava logo o meu voto porque às vezes pode haver por aí alguma revoada como se diz aqui na nossa zona e os cortes têm que ser feitos um pouco por todo o lado.

Outra coisa que eu senti da resposta do Sr. Presidente, é que efectivamente a Câmara de Aveiro é perseguida, tem sido perseguida e continua a ser perseguida; cumpriu tudo aquilo que pôde, o que não cumpriu foi culpa do Governo, quando não foi culpa do Governo, foi culpa da CEE ou da UE como agora se diz, do Tribunal de Contas, dos tipógrafos do Diário da República ou ainda da Direcção Geral dos Transportes Terrestres; bem, como desculpa é uma desculpa um bocado esfarrapada.

O Sr. Presidente apresentou-nos aqui duas facetas novas e interessantes, porque de alguma forma prefiguram uma mudança de atitude ou da sua atitude. Em primeiro lugar algum egoísmo, de que eu senti os seus colegas Vereadores pouco à vontade nesse particular, mas não era normal do Sr. Presidente, se calhar é da cadeira onde as pessoas se sentam em Aveiro, que transmite aquilo por osmose, o Sr. Presidente disse que tudo o que conseguiu de bom "foi conseguido por mim", mais, disse ainda que está na base de coisas históricas que estão para acontecer, oxalá que sim...!

Uma outra faceta que nos veio dar é a faceta, já que não pode apresentar a faceta do gestor eficaz, ao menos que dê a faceta de gestor eficiente, isto é, eu consegui com 65% do dinheiro, cumprir 80% dos Objectivos; quis dar efectivamente a imagem de uma gestão equilibrada e eficiente, pensando que isso vai resolver os problemas fundamentais que são os problemas de liderança, o que nós não temos é liderança, não temos uma visão, não temos um rumo definido para Aveiro e, esse é o grande problema."

Seguiu-se uma breve troca de impressões, tendo-se de imediato passado à discussão do documento na especialidade.


ESPECIALIDADE

OBJECTIVO 01 - EDUCAÇÃO

Vogal Olinto Ravara:

"Sr. Presidente, estou de acordo com este objectivo, há no entanto algumas questões que importa definir, nomeadamente qual o posicionamento da Câmara relativamente à rede do Ensino Pré-Primário, penso que deve ser uma prioridade deste Executivo e portanto deverá ter em linha de conta as necessidades de construir uma rede de pré-escolas, em colaboração com o Governo e deverá daí tirar todos os dividendos; toda a colaboração que este Governo possa fazer com o Executivo ou com as Associações de Municípios ou outro tipo de associações, deverão ser capitalizadas ao máximo de modo a potenciar os investimentos nesta área.

Há uma questão que se coloca com toda a clareza ao nível do Ensino Secundário; construído que foi a 1ª fase das Escolas, hoje poder-se-á dizer que uma boa parte do concelho está razoavelmente dotado de infraestruturas escolares, coloca-se no entanto uma questão face ao aumento demográfico, face à expansão das crianças em idade escolar, que é o de saber se o concelho e que zonas do concelho é que comportam a construção de novas Escolas; no meu entender penso que há lugar à construção de pelo menos mais duas Escolas Secundárias no nosso



concelho e creio que a Sra. Vereadora da Cultura que está muito por dentro desta questão, deverá fazer todos os esforços no sentido de calendarizar a construção das mesmas, é óbvio que não ao mesmo tempo, mas deverá através da sua ordem de importância, da gravidade das necessidades que estão em confronto deverá de facto definir uma ordem de prioridades e inscrever no próximo Plano de Actividades a construção das Escolas que eu reputo fundamentais, tais como em Eixo, em St^a Joana e eventualmente em Sá-Barrocas. Não desligo a questão de Sá-Barrocas de uma questão que para mim é, sempre foi prioritária, é a não desactivação da Escola Secundária Homem Christo. Eu pensava que este assunto estava definitivamente encerrado e tive oportunidade de "in loco" aperceber-me que ainda haveria da parte do Executivo Camarário a intenção de vir a mexer neste processo; peço ao Executivo Camarário que considere o protocolo definitivamente cumprido da parte da DREC e que não pense mais na questão da desactivação da Escola Secundária Homem Christo, para mim e para o PSD é um ponto de honra e daí não abdicaremos. Se a Câmara Municipal luta, e é verdade, com a falta de espaço para a instalação dos diferentes serviços, então que se comece a pensar na construção de um edifício alternativo, num edifício de raiz. Penso que a Câmara terá que ter também a coragem de projectar para o futuro um edifício dos Paços do Concelho que seja de facto nobre, seja eficiente e que responda aos problemas do trânsito, aos problemas do congestionamento no estacionamento e que liberte esta área importantíssima que é um autêntico centro cívico da cidade.

Relativamente ao Ensino Superior, se bem que não haja nenhuma acção descrita ao nível do Plano de Actividades, acho que seria extremamente importante, que a Câmara, até para a afirmação de Aveiro no contexto regional e nacional que desenvolvesse os contactos com a Universidade e com os Institutos Politécnicos existentes e com aqueles que se pretende que se criem, Aveiro não pode perder a oportunidade de criar aqui a Escola Superior Paramédica, não pode continuar-se a dizer que estamos a ser expoliados, nós temos que ter a coragem política e congregar todas as vontades no sentido de que também essa aspiração, que eu acho que é pertinente e que só enobrece e valoriza a cidade de Aveiro no contexto Regional, acho que isso não se pode perder, portanto, deixo aqui a recomendação ao Executivo que agarre essa oportunidade de

modo a que muito em breve venhamos a ter essa Escola Superior Paramédica aqui instalada."

Vogal Armando Vieira:

"No âmbito deste objectivo, lamento que uma vez mais a Pré-Primária do lugar de Olivierinha não seja incluída neste objectivo, não tem explicação possível esta omissão, porque foi uma promessa já várias vezes feita verbalmente, acreditámos que ela iria ser finalmente incluída neste Plano e surpreendentemente não está aqui. É preciso que o Executivo se vire mais para as populações rurais, de forma a diminuírem as assimetrias que neste campo são bastantes, portanto agradecia Sr. Presidente, que esta questão fosse revista."

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, começava por lamentar a falta de áreas desportivas neste Plano, na freguesia da Vera-Cruz e, chamava atenção que mais uma vez vimos inseridos no Plano de Actividades uma Escola de Ensino Básico integrado para a zona de Sá-Barrocas; digo mais uma vez, porque nos últimos anos o Plano tem referido sempre esta Escola. Sr. Presidente, sabe V. Ex^a melhor que ninguém das carências da freguesia da Vera Cruz nesta matéria e a ausência total de Parques desportivos. Esperamos que desta vez seja uma realidade e não continue a ser uma miragem; não podemos esquecer o incremento habitacional que se avizinha para esta zona, aguardemos na expectativa e com atenção, quando espero que V. Ex^a tenha a iniciativa e não passe mais uma vez para o ano seguinte."

Vogal António Salavessa:

"Queria manifestar o meu acordo em relação a outras intervenções quanto à manutenção da Escola Homem Cristo, ao diálogo com a Universidade, são duas questões muito importantes e têm sido repetidamente abordadas nesta Assembleia. Entretanto e em relação ao futuro e no que diz respeito ao Ensino Pré-Escolar, compartilhamos das preocupações manifestadas pelo Presidente da Junta de Oliveirinha e provavelmente serão secundadas por outros locais, queria, já que o programa coloca algumas interrogações, dizer que tanto quanto tenho conhecimento há abertura do Governo para reconhecer oitocentos lugares em falta a nível nacional no pré-primário, mas atenção, isso poderá limitar-se exclusivamente à questão do pessoal docente, o que significa que é

necessário que a Câmara continue a prever um esforço significativo, porque o Governo, tanto quanto é possível perceber não quer entrar no campo do pessoal auxiliar nem das outras responsabilidades nesta área, mais, há indicações de que o Governo se prepara para no âmbito desta discussão que está haver entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo, de passar para as Câmaras Municipais responsabilidades acrescidas no que diz respeito a todo o ensino básico, portanto os nove anos de escolaridade obrigatória, o que será preocupante se não estiverem preparadas estruturas para receber essa responsabilidade e acima de tudo se não houver comparticipação financeira correspondente a esses novos encargos."

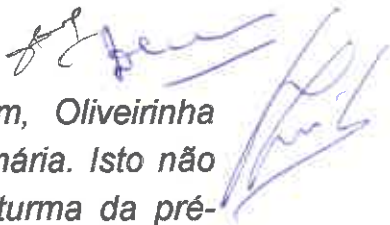
Entretanto saiu da sala o Vogal Custódio Ramos.

Vogal Raul Martins:

"De facto este Objectivo visa sempre fins meritórios e não é só na construção por parte da Câmara de edifícios públicos para Escolas que se vê a acção meritória da Câmara; um dos outros aspectos em que se vê é o apoio que a Câmara dá a instituições de Ensino Particular e Cooperativo, e esse apoio é dado de várias formas nomeadamente pela cedência de terrenos a título gratuito ou a preço simbólico. Gostava de saber se dos terrenos atribuídos no passado nomeadamente a Escolas do Ensino Particular e também Cooperativo, certamente esses terrenos foram cedidos para construção de Escolas, se efectivamente foram construídas as Escolas, se estão a pensar construí-las no futuro, enfim se a Câmara tem vigiado o destino a dar a esses terrenos. Se necessitar que eu explicito estou a pensar exactamente no terreno cedido à Cooperativa de Ensino, junto da Cooperativa Chave e do ISCA."

Presidente da Câmara:

"Sobre a rede de Ensino Pré-Primário, penso que o fraco investimento em implantar mais turmas do Ensino Pré-Primário, deve-se ao facto das Câmaras terem reduzido a sua intervenção nas redes do Ensino Pré-Primário por dois ou três motivos: o primeiro é a preferência que os encarregados de Educação fazem pelo ensino nos jardins de infância e nos centros sociais, em que de facto o horário praticado é o mais conveniente para os Encarregados de Educação. Temos pré-primária em todo o concelho, mínimamente servido, concerteza que haverá ainda falta de salas para aumentar as possibilidades de entrada de mais alunos,


quando digo em todo concelho, todas as freguesias têm, Oliveirinha concretamente não tem mas tem na freguesia uma pré-primária. Isto não significa que em Oliveirinha não venha a ser criada uma turma da pré-primária se o Ministério da Educação colocar uma Educadora.

Em termos futuros não sei concretamente o que vai acontecer, vamos aguardando, mas onde eu noto que faz mais falta a pré-primária presentemente é nas zonas rurais, tendo a Câmara em linha de conta essa carência e que irá dar o apoio possível no âmbito desta matéria.

No que se refere à Homem Christo, não há pressa por parte da Câmara em dar continuidade ao processo de desafecção e por isso nós vimos distribuindo a nossa vontade e os nossos interesses em termos de implementação de Escolas C+S.

Relativamente à Escola de Enfermagem, está disponibilizado o terreno, fez-se o contacto com o actual Secretário de Estado no sentido de se elaborar o protocolo e de se avançar com a Escola de Enfermagem. A disponibilidade do actual Secretário de Estado foi idêntica à do anterior, teremos que fazer um encontro de contas relativamente a terrenos, através do hospital, na medida em que à disponibilidade de terreno afecto ao hospital, portanto na dependência da Secretaria de Estado da Saúde, em S. Bernardo e, esse assunto tinha sido tratado anteriormente tinha havido um compromisso, tenho da parte do actual Secretário de Estado a mesma vontade de avançar, logo foi colocado no Orçamento uma pequena verba para estudos, para acompanhar inclusivamente o processo.

Quanto aos terrenos do Ensino Particular e Cooperativo, não tenho de momento a situação presente mas mais tarde poderei esclarecer o assunto mais pormenorizadamente.

OBJECTIVO 02 - CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES

Vogal Olinto Ravara:

"Sr. Presidente, relativamente à Cultura, penso que a preocupação dominante deve ser de facto a da valorização dos espaços existentes e a valorização dos agentes culturais, há no entanto aqui uma divergência que eu manifesto relativamente àquilo que tem sido feito pela Câmara. Relativamente à valorização dos espaços existentes penso que já

era hora da Câmara saber concretamente o que é que quer fazer destes espaços, tendo em vista a obtenção de uma qualidade da oferta. Relativamente à valorização dos agentes culturais tem que haver uma opção clara da Câmara pela qualidade e tem que se separar muito bem o trigo do joio, portanto, quando vejo uma dispersão dos apoios a conceder aos diversos agentes, questiono-me um bocado, é evidente que não questiono a bondade nem o mérito de cada um deles de per si, no entanto face a uma política cultural de qualidade que a Câmara deve desenvolver, de facto, aí duvido da utilidade de alguns desses subsídios, acho que levarem todos pela mesma medida não é salutar nem para quem dá nem para quem recebe, porque aqueles que mais se esforçam para se valorizar e aqueles que mais produzem em termos de quantidade de espectáculos oferecidos à população, pois esse têm que ter um tratamento diferencial em relação a outros. Por outro lado e apenas para citar um aspecto ao nível das exposições de cultura, tenho verificado que não há a dignidade que se impõe, quando se faz uma exposição e se trazem aqui grandes nomes da pintura e não se dá a devida divulgação desse acontecimento, tivemos aqui uma exposição que estaria bem em qualquer parte deste país e, no entanto passou despercebida à população de Aveiro. Penso também que deve haver uma certa diferenciação na apresentação das obras, as obras de qualidade devem ter um espaço de qualidade e penso que não se pode misturar as duas coisas, isto é uma recomendação que eu deixo à sensibilidade que concerteza a Sra. Vereadora tem, concerteza ainda não terá é tido oportunidade de pôr estas ideias devidamente em prática. Existindo um Museu em Aveiro com a qualidade do Museu Municipal de Aveiro, penso que antes de avançar para a criação dos outros espaços, que eu acho muito bem, tem que se dizer claramente quando é que se vai começar a fazer isso, para que nós não estejamos iludidos relativamente ao início das obras, penso que nós temos um espaço fundamental na nossa cidade que é uma referência em todo o país - chama-se Museu Municipal de Aveiro, esse Museu Municipal tem a fachada num péssimo estado de conservação, não é concerteza um bom cartão de visitas para a cidade de Aveiro. A Câmara deve estabelecer uma colaboração profícua com os Serviços da Cultura a nível Nacional e nomeadamente com o Museu de Aveiro para que haja um aproveitamento e também uma

valorização por parte da cidade deste espaço mui nobre que é o Museu Municipal de Aveiro.

Relativamente ao desporto, creio que também aqui há que fazer a distinção entre aquilo que se quer fazer e há que seriar, calendarizar ou há que dar importância aos projectos de acordo com as disponibilidades financeiras do Executivo, vejo muitos projectos pendentes, não vejo nenhum aprovado e vejo já muitas obras a serem lançadas ou projectos de obras; por uma questão de clarificação de intenções, penso que seria importante: primeiro, acabar aquilo que está em curso, quero dizer: primeiro acabar o Pavilhão do Clube dos Galitos, construir a Piscina do Sporting que eu francamente não sei em que pé é que isso está, mas vejo todos os anos uma verba de cinco mil contos para apoiar a construção da Piscina; a construção da Pista Olímpica de Remo, já estava o ano passado, este ano tem uma verba insignificante, não sei francamente qual é a vontade política do Executivo para fazer esta obra que só engrandece Aveiro e o Desporto. É bom que a Câmara acolha até um trabalho que já foi desenvolvido, nomeadamente pelo Vereador Albuquerque Pinto e por mim próprio, junto das entidades competentes; isto é para mim mais importante do que se começar a pensar no Parque Desportivo de Aveiro, que é um projecto muito bonito, mas que de facto não é consequente face à existência ali a dois passos de um projecto de criação de zona desportiva em St^a Joana, que já o ano passado foi contemplada com três mil contos e este ano vai ser contemplado com dois mil contos e não se fez nada, portanto há que clarificar as intenções do Executivo e há que dar a importância devida aos projectos que a merecem; este é um aspecto que para mim é importante e eu permito-me relevar esta questão. Por outro lado há que saber aproveitar os espaços nomeadamente da Pista de Oliveirinha e há que manter a Pista de Oliveirinha em boas condições e não vejo nenhuma verba especificada para a valorização da Pista de Oliveirinha, somos a principal potência ao nível do atletismo e ainda vamos estar à espera de uma Pista de atletismo na Universidade, quando em Oliveirinha temos um espaço excelente desde que devidamente aproveitado.

Relativamente ao Desporto Escolar foi criada uma grande confusão com a questão dos Pavilhões e ninguém merece isso, ninguém merece cartas como a que nós recebemos a transferir de S. Bernardo para

fz
pen

Aradas a construção do Pavilhão, penso que este assunto já deverá estar esclarecido, mas se não está, penso que o Sr. Presidente da Câmara tem que aqui nesta Assembleia esclarecer o assunto.

Quanto à questão da Juventude, custa-me ver um espaço privilegiado que é o Instituto da Juventude, sub-aproveitado e estarmos nós aqui assim preocupados já com a construção de uma Casa Municipal de Juventude, não quer dizer que não se faça, o que eu quero dizer é que antes de se fazer isso há muitas outras coisas para fazer e, antes disso penso que haveria de reforçar os laços com o Instituto da Juventude, que está aqui em Aveiro e nós não temos sabido aproveitar; a Juventude de Aveiro tem que saber aproveitar estes espaços, estas condições que lhe são oferecidas, e de facto se não estão a culpa é única e exclusivamente da Juventude."

Entretanto saiu o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Dinis Correia, tendo ocupado o lugar o Vogal Artur Lobo.

Seguidamente o Vogal Armando Vieira começou por se referir ao objectivo cultura, salientando a necessidade urgente em se preservar o Moinho da Granja.

Na área do Desporto, chamou mais uma vez a atenção do Executivo para a necessidade de recuperação da Pista de Atletismo de Oliveirinha, uma vez que esta infraestrutura desportiva tem enorme importância para a prática do desporto no concelho.

Por último chamou atenção para a necessidade de construção de mais Polidesportivos na sua freguesia, bem como a necessidade de construção do Ginásio da C+S de Oliveirinha, bem como apoios financeiros às iniciativas da Juventude e ainda dotação de meios audiovisuais.

Entretanto saiu da sala o Vogal Vitor Martins.

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, ultimamente tem-se falado aqui muito nas construções de Pavilhões Desportivos - S. Bernardo está descontente, Aradas não ouvimos... Sr. Presidente, para não haver descontentamentos construa-se na Vera-Cruz e nós ficamos agradecidos.

Começava por chamar atenção das referências neste Plano, que se faz aos acordos com a JAPA, será que estes acordos são para levar a sério? ouvimos falar constantemente de protocolos com esta

AT

entidade, mas não passam disso. Que tem feito a JAPA pelos Canais da cidade? que obras de manutenção tem feito? o que se vê é uma vergonha, mas por estranho que pareça a Câmara continua a proteger esta negligência e nós pelo menos não ouvimos a Câmara a lamentar-se publicamente; meus Srs., pelo que se consta a JAPA não vai dispende qualquer verba para o arranjo dos Canais e, neste caso gostaria de ouvir a Câmara com realismo e verdade no que se passa; as margens vão-se deteriorando cada vez mais e as margens cada vez estão em maior estado de decomposição.

Na Culura, aproveito para enaltecer a boa vontade e dinamismo da Sra. Vereadora, nas iniciativas que tem tido na animação Cultural, no entanto gostava de chamar atenção que algumas organizações teriam obrigação de ser mais profissionais e menos "naifs". Lembro aqui que a função dos estagiários é mais de se integrarem e não para pegarem de estaca nas organizações, por muito bons alunos que tenham sido nos seus cursos não têm obrigação do conhecimento da experiência, neste pressuposto aproveito para lembrar que no passado dia 31 procedeu-se na Igreja da Vera-Cruz à passagem de ramos com pompa e circunstância, foi a rigor como já não se via e não se fazia há muitos anos. Sra. Vereadora, se me desse licença gostaria de lhe transmitir um conselho - não queira continuar com a atitude se calhar mal influenciada por outros, de transferir as Associações Culturais com raízes na Vera-Cruz, para outros lados; são as raízes genuínas da freguesia mais antiga do concelho de Aveiro, estas Associações não devem nem podem ser municipalizadas nem privatizadas. Já agora, aproveito para agradecer e enaltecer a postura, a coerência e responsabilidade do Sr. Presidente da Câmara que soube dar solução a este caso ao satisfazer a vontade e os sentimentos das Associações e habitantes da freguesia.

No que se refere à Piscina do Sporting Clube de Aveiro, para quando uma solução? porque não deixam de plantar flores neste terreno para o tornar produtivo?

Juventude e Desportos, também enaltecemos o Sr. Vereador do Pelouro da Animação, que deu à cidade animação com algumas das suas iniciativas; mas numa atitude consciente e positiva devemos alertar a Câmara para alguns subsídios que discordamos, estranhamos que se dê subsídios de valor substancial a organizações lucrativas: a Primeira Meia

fy

Maratona, a Câmara dispendeu um valor considerável e quanto a nós os objectivos não foram conseguidos, naturalmente houve uma entidade que beneficiou, foi a entidade organizadora, um Clube que até os prémios mais valiosos foram ganhos pelos seus atletas, informou-se na altura própria a esta Assembleia que a organização custava trinta e seis mil contos e que seria transmitida em directo num Canal de Televisão; em termos de promoção e publicidade para a cidade, usou-se a técnica do foguete, foi ao ar estoirou e nunca mais se viu.


O programa de animação que estava publicitado foi cancelado à última da hora porque custava catorze mil escudos; a transmissão televisiva, o único canal onde se via era sem dúvida o canal central, o canal central fica na Avenida Dr. Lourenço Peixinho.

Fim de semana do Fitness, isto a nosso ver e pelo que tivemos conhecimento foi um autêntico escândalo ao ser subsidiado pela Câmara; segundo o organizador estavam inscritas mil e trezentas pessoas, soubemos que esteve realmente muita gente, cada inscrição custava de 6 mil a 8 mil escudos, isto em valores mínimos, os valores máximos podiam ir até vinte mil escudos; com estes valores de inscrição a Câmara ainda deu à firma organizadora um subsídio de dois mil contos, pagou aparelhagem, 540 contos e ainda ofereceu instalações, pessoal e outros - sem comentários... não condenamos iniciativas, pelo contrário, mas temos o direito de alertar o Sr. Presidente da Câmara, que alguma coisa esteve mal no rigor destes acordos."

Vogal Manuel António:

"Porque ouvi agora o Sr. Barbosa, quero afirmar que realmente concordo com ele, não sabia, é bom que todos tenhamos sido alertados de que a Câmara está a dar realmente subsídios a entidades privadas com fins lucrativos e isso é preocupante.

Começando pelo programa da Cultura, é um programa que tenta integrar o concelho como um todo, em que me parece que tudo é importante e tudo é prioritário, apoia-se a quantidade em princípio para se obter alguma qualidade e eu espero que haja essa qualidade. A exemplo daquilo que tem acontecido nos últimos anos, parece-me que a divulgação que se faz é exactamente igual, seja para uma actividade relativamente pequena como para uma actividade relativamente grande, ou seja, não há selectividade naquilo que se propõe, e se calhar devia haver alguma

Ass. Bem


selectividade, seria para realçar aquilo que realmente é bom e dar uns subsídios àquilo que realmente será integrar o concelho, será proporcionar às pessoas um pouco de cultura e haver diferentes escalões de participação do município nestas actividades que diz respeito às actividades culturais do município; mas acho bem porque pelo menos há um sentido de integração do concelho como um todo e isso penso que é uma coisa nova, uma coisa que não foi feita, acho que de toda a maneira o concelho não se pode fechar em si próprio, tem que abrir as suas portas aos outros concelhos limítrofes, para que Aveiro seja, como foi dito na introdução deste Plano de Actividades, um Plano em que Aveiro é o centro de uma região, e na cultura isso não se verifica, talvez ainda seja cedo demais, vamos ver o que é que no futuro nos diz.

Um aspecto pontual mas que também me parece importante, é que em Aveiro não há espaços de estudo; há espaços de leitura, neste momento temos uma Biblioteca Municipal, no entanto não há espaços de estudo e nós temos muitos estudantes em Aveiro e no entanto não há em Aveiro um local onde possam pegar nos seus livros e estudar, isto porque a Biblioteca está vedada a que as pessoas possam usar os seus livros nas mesas da Biblioteca para poderem estudar; penso que era um serviço que o concelho de Aveiro também podia dar, que é incentivar as pessoas a poderem estudar, as pessoas poderem ler os seus próprios livros e não somente os livros que estão na Biblioteca Municipal.

Quanto à questão da cultura, queria também perguntar o que é que foi feito do Boletim Cultural que deixou de aparecer e segundo me parece não me aparece aqui no programa de Actividades para 96.

Quanto ao programa do Desporto, nota-se em termos de filosofia de concelho o contrário daquilo que existe no programa de cultura, o programa de desporto é todo virado para fora, virado para Aveiro como sendo essa centralidade, por exemplo em Aveiro vai ser construída uma Pista de Atletismo para servir a região; vai ser planeado um Parque Desportivo de Aveiro, para servir o concelho, para servir a região; vai ser criado um Porto de Recreio para servir a região; uma Pista de Remo para servir a região, ou seja, há aqui qualquer coisa de diferente entre o Plano dentro do mesmo objectivo, programa do desporto, um programa virado para fora, o programa da cultura virado para dentro.

[Handwritten signature]

Quanto aos Pavilhões Desportivos, concordo com a afirmação aqui feita de que a partilha dos Pavilhões Desportivos entre as Escolas e a Comunidade deve ser uma realidade, também penso que é isso que a Câmara deve fazer, se um Pavilhão estiver numa Escola é utilizado de manhã e à tarde pelos alunos da Escola, é utilizado à noite pelas colectividades; se um Pavilhão pertencer a um clube, o Pavilhão é só utilizado à noite por esse clube e mais ninguém tem acesso a ele, logo é de incentivar que os Pavilhões pertençam às Escolas e que possam servir toda a comunidade; penso que numa primeira fase é assim que deve evoluir, no entanto há realmente que haver a preocupação de todas as Escolas que possam ter Pavilhões, porque neste momento todos os Pavilhões existentes estão sobrelotados.

Noto também que a verba destinada aos agentes desportivos foi aumentada substancialmente, como que aumentou cerca de 150%, espero que com isto venha colmatar as deficiências que o programa "Olimpo" trouxe, porque o programa "Olimpo" foi um programa pensado, bem delineado, sistematizou os subsídios aos Clubes, atribuiu subsídios aos Clubes, que no entanto depois não os chegou a dar, só deu subsídios aos Clubes que tinham protocolos de alta competição e penso que isso é grave. Espero que agora com este aumento de verba o programa "Olimpo 2", que segundo parece está na forja, possa já contemplar todas as colectividades com os parcos subsídios que a Câmara costuma dar, mas que são muito importantes para essas colectividades.

Por último e porque aparece aqui neste Plano de Actividades sem qualquer explicação, mas penso que tem umas implicações muito grandes, é a parte que diz respeito à reconversão do Pavilhão do CTE e área envolvente, segundo parece e neste momento não quero fazer ainda juízos de valor, penso que é uma questão que nós todos temos que reflectir, é que a Câmara planeia deitar abaixo o Pavilhão do Esgueira e construir lá uma urbanização em que esses terrenos dessa urbanização vão permitir a construção de um novo Pavilhão para o Esgueira, não quero ainda fazer juízos de valor, quero que esta situação seja clarificada porque aparece neste Plano de Actividades, para que nós todos depois possamos discutir, porque penso que é uma questão que merece discussão: até que ponto é que se deve investir na destruição de um Pavilhão, na construção de um Pavilhão novo, de fazer uma nova urbanização em Esgueira, numa

zona em que o PDM diz que é uma zona de equipamento, por isso pedia que a Câmara clarificasse esta situação."

Vogal João Pedro Dias:

"Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, muito rapidamente quatro notas muito breves; em primeiro lugar relativamente ao Programa respeitante à área da Cultura: vejo com algum agrado que na alínea respeitante à Biblioteca se pretende integrar no conceito da Biblioteca todo o Plano e todo o Programa de edições a promover por parte da Câmara Municipal: gostava de perguntar se a Câmara Municipal pensa poder vir a proceder à edição, à compilação e à sistematização e consequente divulgação de todas as posturas, regulamentos e demais legislação autárquica, portanto proveniente aqui dos órgãos autárquicos, que é algo que eu creio que faz falta ao cidadão e creio que seria um contributo positivo para a informação e para o esclarecimento do cidadão, porque, sem medo das palavras, temos que assumir que muitas vezes: posturas, regulamentos, regulamentos de taxas etc, que são aprovados, não são do conhecimento público e era bom que fossem e creio que não seria difícil ao Executivo promover a codificação e a sistematização de toda essa legislação que está em vigor, para que os munícipes possam saber com que linhas se cosem e possam ter um conhecimento de todas as áreas e de todas as implicações desta mesma regulamentação municipal.

Relativamente ao Programa do Desporto, tinha três questões a colocar: a primeira tem a ver com o programa "Olimpo", quando o programa "Olimpo" aqui foi apresentado pela primeira vez, saudei esse programa porque vi que pela primeira vez a Câmara Municipal tinha um programa estruturado, coerente de apoio ao Desporto, um Programa que ultrapassava aquela mendicidade casuística e havia algo com princípio meio e fim, com pernas para andar; sabe-se que o programa "Olimpo 1", não alcançou a 100% os objectivos que se tinha proposto alcançar; a questão que eu coloco é a de saber como é que o Executivo pensa ultrapassar as dificuldades que surgiram, nomeadamente na aplicação do Programa "Olimpo 1" para que essas mesmas dificuldades não se venham a repetir com este novo "Olimpo 2" para 95/96.

Terceiro aspecto: em devido tempo, a Câmara Municipal e ainda relativo ao Desporto, adoptou como filosofia, a cobertura do concelho com infraestruturas medianas, isto é uma cobertura mediana,

uma cobertura de todo o concelho com infraestruturas aceitáveis dispersas por todo o concelho; essa rede primária de infraestruturas desportivas está com uma ou outra falha, mas poder-se-á dar como concluída, a questão que eu coloco agora é outra, é que tendo essa rede, relativamente bem conseguida e bem estruturada, Aveiro olha hoje para si e não tem infraestruturas desportivas que lhe possibilitem, que lhe permitam receber um grande acontecimento desportivo seja ele qual fôr; fala-se no documento na hipótese do Parque Desportivo de Aveiro, a localizar na área de Azurva/Tabueira; a questão que eu queria colocar era a de saber se neste momento o Executivo já pode informar a Assembleia de algumas linhas gerais que pensa que possam vir a ser incluídas neste Plano de Pormenor do Parque Desportivo de Aveiro, isto é, o que é que a Câmara Municipal pensa que neste Parque Desportivo de Aveiro pode vir a ser incluído, é evidente que se está numa fase prévia, acredito que já existam ideias, são essas ideias que eu gostava de conhecer se fosse possível.

Finalmente, vejo que o Plano de Actividades é omissivo relativamente ao Estádio Mário Duarte; o Estádio Mário Duarte é hoje um imóvel que não ilustra a cidade de Aveiro, de todas as instalações desportivas das principais capitais de distrito, o Estádio Mário Duarte é seguramente a pior. É evidente que estão a ser feitas obras, mas gostava de saber o que é que a Câmara Municipal pensa relativamente ao Estádio Municipal, que tipo de investimentos pensa continuar a fazer, que tipo de obras pensa continuar a realizar, porque é do conhecimento público que existia um plano de expansão de melhoramentos daquela infra-estrutura desportiva."

Vogal António Salavessa:

"Ouvi aqui dizer que era normal que as verbas para a juventude fossem tão pequeninas e que não se ficava assustado com isso, de facto, estão contemplados no Plano de Actividades, três mil contos para o Programa Juventude, ora, três mil contos tendo em conta que a dotação do Plano é de quatro milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil contos, isto significa que em cada dez mil contos de investimento, seis contos são para o Programa da Juventude; pode haver argumentos que justifiquem que isto assim seja, mas não estou de acordo que se possa concluir, como se diz no preâmbulo, que está demonstrado que esta é uma aposta forte desta Câmara.

J. M. Dias da Silva

Quanto às questões da Cultura, tinha duas observações a fazer: uma, a preocupação de que a verba atribuída ao apoio à actividade musical e que engloba a Orquestra das Beiras, as Fanfarras, Coros etc, não seja totalmente absorvida por este projecto da Orquestra, em detrimento das outras instituições; também no que diz respeito ao Teatro, manifestar a minha discordância, a forma como está elaborado o Plano, em que tem no que diz respeito a essa matéria, tem pura e simplesmente a referência à Companhia de Teatro de Aveiro e ao apoio de uma iniciativa concreta; ora, este tipo de formulação, exclui outras entidades que merecem e devem merecer o completo apoio por parte da Câmara Municipal e que tal como isso está redigido à partida não contarão. Lembrava ainda que por força da lei e a partir deste ano é obrigatória a publicação discriminada por parte da Câmara Municipal de todos os apoios e subsídios concedidos pela Câmara Municipal, era bom que fosse dada de facto uma publicidade que não fosse escondida, mas que fosse perfeitamente clara de modo a nós conhecermos quais as opções do município no ano passado."

Vogal José Maria Dias da Silva:

"Aprez-me registar no Programa 2, deste Objectivo Desporto, uma referência a um projecto da Câmara para a construção de mini-piscinas cobertas e aquecidas nas C+S. Gostaria de referir que talvez seria oportuno, com menos dispêndio de dinheiro, o aproveitamento de algumas estruturas deste tipo já existentes sobretudo nas freguesias de Cacia e Oliveirinha, que no fundo acabam por funcionar durante praticamente dois meses e meio ou três meses num ano, ficando o resto do período do ano sem qualquer aproveitamento, era uma sugestão que deixava à Câmara Municipal no sentido de prever o enquadramento com as respectivas C+S, de estruturas deste tipo que estivessem no espaço das referidas Escolas.

Relativamente à Pista Olímpica de Remo, qual a intervenção da Câmara na concretização da prevista ou já falada Pista Olímpica de Remo; para além da valorização a nível de desporto que possa trazer para Aveiro uma infraestrutura deste tipo, penso também que será de vital importância que o alargamento do referido rio associado a construções de infraestruturas sobretudo de barragens a jusante, poderão também ter uma contribuição forte para o desenvolvimento da agricultura do Baixo Vouga, ou seja, a regularização do caudal no rio Vouga, tendo como consequência

ou permitindo como um grande objectivo, que situações que se passaram neste Natal último não se voltem a repetir, pelo menos com tanta intensidade.

Por último gostaria também de fazer uma referência aos tão malfadados Pavilhões Gimnodesportivos nas C+S, e deixar aqui dois pequenos recados: o primeiro, penso que está na memória e na do Sr. Presidente da Câmara, uma conversa que tivemos aquando da assinatura do protocolo com a C+S de Esgueira, onde fazia referência à questão que pensaria que ainda no decorrer desse ano e até antes das eleições, proceder à assinatura do protocolo para a construção do Pavilhão Gimnodesportivo da C+S de Cacia; não quero fazer guerra com este assunto, é evidente como referiu na primeira reunião desta sessão de Dezembro, provavelmente a vontade política da construção desse edifício passará numa intenção do Governo. Estamos tranquilos e aguardamos o discernimento cabal de uma situação que impera que seja resolvida, não só para Cacia, mas penso que para todas as C+S do concelho. Deixaria também uma salvaguarda para um pequeno pormenor que poderá não ser tão pequeno quanto assim, que é o facto de Cacia não ter qualquer infraestrutura coberta do género, nesta área, portanto, era mais uma nota do interesse que uma construção deste tipo poderá ter não só para as crianças que frequentam as Escolas, como também para as colectividades da referida freguesia."

Vogal Élio Maia:

"Sr. Presidente, pedi a palavra para dar uma informação o mais breve possível sobre a problemática dos Pavilhões, nas Escolas C+S. Tudo teve origem conforme é do conhecimento dos membros da Assembleia, neste aditamento que a Câmara elaborou no dia 22 de Dezembro e que fez distribuir nesse mesmo dia e que chegou às minhas mãos às 17,00 Horas; nesse dia a Junta de Freguesia por telefone, junto do Sr. Presidente da Câmara, junto do Sr. Eng^o Vitor Silva, manifestou aquela que seria a sua posição em relação a este assunto e em relação a este rasurar do nome da nossa freguesia, deste projecto. Nesse mesmo dia à noite, e estou só na informação factual, reunimos informalmente com todos os membros da Assembleia de Freguesia de S. Bernardo e com o Conselho Directivo da Escola e com o representante da Comissão de Pais e fizemos uma análise da situação; dessa análise resultou um pedido ao

[Handwritten signature]

Sr. Presidente da Câmara para uma reunião, a qual decorreu, penso que no dia 28, nessa reunião cada um desses órgãos expôs a sua posição ao Sr. Presidente da Câmara, ouviu-nos e ficou de reflectir sobre a situação. Posteriormente realizou-se uma Assembleia de Freguesia, extraordinária, em que foi decidido aguardar pela decisão que o Sr. Presidente da Câmara venha a tomar em relação a este assunto e depois em relação a essa decisão, ou não decisão, naturalmente os órgãos próprios tomarão a decisão que acharem conveniente; foi também decidido a freguesia não se pronunciar mais sobre este assunto enquanto não houvesse essa decisão ou essa não decisão da parte da Câmara e também dar garantias de que naturalmente iremos procurar compatibilizar a nossa actuação em parâmetros de dignidade e elevação compatíveis com as entidades e com as pessoas que estão em causa neste processo."

Entretanto saíram da sala os Vogais Martins de Carvalho, Branco Pontes e Pedro Dias.

Vogal Diogo Machado:

"Quero saudar esta iniciativa que está no programa, da criação da Casa Municipal da Juventude; penso de uma maneira diametralmente oposta à do Dr. Olinto Ravara: primeiro porque todos nós sabemos, nós jovens e menos jovens, mas com espírito jovem, que desde sempre em Aveiro o Instituto da Juventude nunca funcionou como deve ser, mais, quando há alguns anos o Instituto da Juventude foi esvaziado de competências, como penso ser um dado adquirido, o Dr. Olinto Ravara à altura Deputado à Assembleia da República, não fez questão de lutar contra mais este esvaziamento da nossa cidade; além disso, aproveito para o lembrar e faz exactamente um ano que estávamos a discutir o Plano de Actividades do ano anterior e tivemos aqui uma querela acesa, e o Dr. Olinto Ravara, prometeu-me a mim individualmente e à Assembleia colectivamente, o relatório de todas as suas intervenções na Assembleia da República; eu tenho obrigatoriamente que lembrar isto porque esta intervenção não consta lá, e tanto não consta, que o próprio Presidente da Juventude de Aveiro, ao tempo, se demitiu e não me consta que o Dr. Olinto Ravara tenha levantado a sua voz contra isso.

Em relação à juventude, folgo muito em ver que está neste Plano de Actividades, a criação de uma Casa Municipal de Juventude,

pode ser que assim o Poder Central comece de uma vez por todas a aprender com os exemplos dos mais pequenos.

Vogal Olinto Ravara:

"Sr. Presidente, estou a ver que cometi um grave erro político em não ter publicado, porque se calhar talvez tivesse sido eleito, porque eu hoje vejo um Deputado que vem cá de vez enquanto e trás a comunicação social atrás; a pessoa que durante quatro anos está permanentemente ao serviço da população, das instituições, não leva a comunicação social atrás, não é eleito, há alguma injustiça nisto, mas paciência eu assumo e não me queixo; mas dar-lhe-ei com todo o gosto os elementos. Devo dizer que na altura pensava com essa minha ideia espicaçar as outras pessoas que foram eleitas pelo distrito de Aveiro e nomeadamente pelo concelho de Aveiro a virem a lume para dizerem efectivamente aquilo que tinham feito para Aveiro, esta é a subtiliza da minha questão, se o Sr. não percebeu isso tenho imensa pena, mas fiquei à espera que, tanto o Dr. Girão, como o Dr. Candal, que tivessem algum eco desta minha interpelação aqui sobre a forma pessoal e que viessem até dizer os grandes méritos que tinham tido em prol da sua acção no distrito de Aveiro.

A questão da Juventude, compreenderá, confesso aqui publicamente que não mexi uma palha pela questão da organização do Instituto da Juventude na Assembleia da República; a Assembleia da República tem uma Comissão de Juventude onde estão representadas as Juventudes partidárias e eu estava a tratar dos problemas das pescas e a tratar dos problemas das economias e das finanças, que me perdoe mas não tinha tempo para me dedicar a isso, não era menosprezo, não era desconhecimento, é que de facto estava ocupado com outras coisas; portanto estou de acordo consigo quando diz que aquilo funcionou mal, mas a verdade não pode ser escamotada, a juventude tem ali um espaço óptimo que tem que aproveitar: há aqui duas questões, uma é saber que utilização é que se dá e outra é saber qual é a participação da juventude nesse processo - os jovens têm a palavra, por amor de Deus..!"

Vogal Cruz Tavares:

"O meu colega de bancada, Dr. Manuel António falou no problema da publicação do Boletim Informativo, que pelos vistos está previsto, só pedia que de facto a tradição desta publicação fosse cortada com o passado, definitivamente; se não fôr possível à Câmara fazer um

novos Boletins Informativos que sejam totalmente diferentes daqueles que foram publicados no passado, seria melhor não publicar, nós vimos números desses Boletins que eram puros exercícios de propaganda da mais primária, apareceram em alguns números, sete, oito fotografias do então Presidente da Câmara; portanto, se de facto se pretende fazer uma publicação útil aos munícipes e menos útil à propaganda do Partido que Governa a Autarquia, então tem o nosso apoio.

Falou-se também no problema que me pareceu muito estranho de não haver um espaço de estudo na cidade e sobretudo por não ser permitido na Biblioteca que se estude usando os livros próprios. Só queria informar que as melhores Bibliotecas, mais luxuosas, mais caras, as que têm mais tradição, as que têm as maiores frequências, por exemplo de países civilizados Europeus ou dos Estados Unidos, permitem que se leia, se estude com as pessoas sentadas no chão; se a Biblioteca de Aveiro não permite que um estudante ou um ignorante com pretensões a ser uma pessoa culta, leve o seu livro, esteja à vontade no edifício que é Municipal a estudar as horas que precisar durante o tempo destinado ao público, isto é uma violência, isto é terceiro-mundismo.

O último assunto que ainda está a ser discutido é realmente a questão da reconversão do Pavilhão do Outeiro de Esgueira; este Pavilhão está construído naquilo que as pessoas de Esgueira consideram o sítio mais nobre da freguesia, o Outeiro de Esgueira era um local de lazer preferido pela população de Esgueira e foi a certa altura transformado num local Desportivo ao ar livre. Por iniciativa do Clube que sempre foi uma Associação extremamente dinâmica, conseguiu construir-se aquele Pavilhão, com a total agressividade, apatia, indiferença, manobras baixas etc, da Câmara de então; o Pavilhão foi projectado por atletas do Clube, foi calculado por atletas do Clube e depois foi feito pedindo os dinheiros a uns e a outros, auxílios oficiais, auxílios particulares e conseguiu fazer-se aquele Pavilhão. A seguir veio uma nova polémica: de quem é o Pavilhão? é da Câmara ou do Clube do Povo de Esgueira? ou é da Junta de Freguesia de Esgueira? e dependia da cor política das pessoas que estavam à frente destas entidades, isto realmente é uma situação que tem uma história vergonhosa; se a presente edilidade, se o Sr. Presidente da Câmara, pretende incluir no seu programa de actividades, uma reconversão do Pavilhão, as pessoas de Esgueira, concerteza que não se

importarão, porque o Pavilhão foi feito num sítio onde não havia área para fazer o Pavilhão, não havia outro sítio e as dimensões são muito reduzidas, tem poucas condições, já sofreu uma ampliação com muitos custos e portanto o Pavilhão não tem as condições que o Clube precisa, mas se o vão reconverter, por favor lembrem-se o que é que era o antigo Outeiro de Esgueira, não façam nenhuma urbanização no velho Outeiro de Esgueira, toda a gente gosta da sua terra, tem ligações que são indestrutíveis e eu tenho que dar o testemunho de ter prometido, na altura Vereador de Obras, ter prometido a uma pessoa de setenta anos de idade, que usava o Outeiro de Esgueira para plantar rosas, que depois do Pavilhão ser construído ele continuaria a plantar as rosas no Pavilhão, isto é para mim o argumento mais importante para que a Câmara não deixe construir lá uma Urbanização."

Não se registando mais intervenções usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, que começou por se referir ao Pavilhão do Clube de Esgueira, dizendo que não há estudos neste momento nem verba prevista no Plano que permita deitar abaixo o referido Pavilhão e fazer uma urbanização no local. Acrescentou que há ideias do clube em encontrar formas de obter dinheiro para continuar a dar vida ao mesmo e ao desporto que pratica que é preferencialmente o basketbaal, todavia disse tratar-se de um assunto que em sua opinião tem que ser muito bem estudado, não se podendo tomar resoluções de ânimo leve. Lembrou ainda que foi aprovado um Plano de salvaguarda para Esgueira, plano esse que abre um acesso na frente do dito Pavilhão do lado nascente; este plano prevê que ao fundo da Rua Dias Cainarim, seja rasgada uma Rua que vai passar pela frente do Pavilhão e é esse plano que porventura virá a ter alguma urbanização nos terrenos que atravessa. Acrescentou que é desejo do clube a construção de um novo Pavilhão, mas num outro local em Esgueira, numa das zonas de equipamento previstas no PDM e naturalmente depois aproveitar aquela área para urbanizar, salientando porém que nada disto está decidido e se o PDM não permitir, não se avançará com essa ideia.

Prosseguindo, informou que não se tem feito o Boletim Informativo, no entanto reconheceu haver necessidade de se dar prioridade à informação municipal, devendo por isso reactivar-se o referido boletim, mas noutros moldes.

Relativamente à Biblioteca Municipal, disse que a mesma teve uma finalidade diferente daquela que o Vogal Cruz Tavares preconiza; informou que se trata de uma biblioteca popular, visando promover hábitos de leitura aos jovens, é uma biblioteca que para ser usada pelos seus utentes é necessário que os mesmos disponham de um cartão identificativo, em suma trata-se de uma biblioteca que tem uma preocupação diferente, no entanto há uma sala que permite que as pessoas possam usá-la com outros fins, nomeadamente estudo e investigação.

No que se refere à construção dos Pavilhões, referiu que se o INDESP concordar e atendendo à verba que este organismo disponibilizar pode-se com o apoio da Câmara apontar para a construção dos quatro Pavilhões, no entanto a Câmara não tomará decisões sem primeiro dialogar com as respectivas Juntas de Freguesia interessadas.

Relativamente aos muros dos Canais, informou que o protocolo que a Câmara fez de acordo com as conversações com a JAPA, não chegou à Direcção-Geral dos Portos, todavia disse ter ficado convencido que o referido protocolo se encontraria naquela Direcção-Geral, aguardando por isso a data para assinatura do mesmo, em que havia o compromisso da Câmara de entrar com 10% de verba para a recuperação dos referidos muros. Acrescentou que o Sr. Director Geral de Portos ia viabilizar não só a recuperação dos muros do canal principal, mas também a construção de muros no Canal de S. Roque e os muros no Canal Central até à Jerónimo Pereira Campos, portanto é esta a posição da Câmara, considerando que é triste que se tenha que estar ainda em dúvidas e a sofrer alguma displicência, alguma distração da parte da Direcção Geral dos Portos e da JAPA, relativamente a este assunto tão importante para a cidade.

Finalmente e na área do desporto falou na Piscina do Sporting Culube de Aveiro, referindo que a mesma foi considerada em PIDAC, foi aberto um concurso pelo referido clube, a Câmara Municipal colaborou na feitura e na apreciação das propostas, informou também que o ano passado teve verba inscrita em PIDAC, bem como no ano em curso, todavia ainda não começou a obra mas tem o apoio que está previsto no Plano em termos de avançar com o empreendimento.

Quanto à Pista de Remo a Câmara pretende fazer a sua candidatura aos fundos comunitários, aguardando-se neste momento qual irá ser a postura do novo governo relativamente a esta matéria.

Usou seguidamente da palavra a Vereadora do Pelouro da Cultura, Maria da Luz Nolasco, para prestar esclarecimentos relativamente a questões levantadas pelos vários Vogais no âmbito da cultura, dando destaque à problemática das associações, biblioteca municipal, falando ainda de algumas iniciativas que a Câmara pretende apoiar no âmbito desta matéria, dando nota ainda da escassez de verbas com que a Câmara se debate para pôr em prática alguns projectos, fazendo também referência à falta de meios humanos especializados para o efeito.

Finalmente usou também da palavra o Vereador Belmiro Couto, que no que diz respeito ao desporto destacou o Parque Desportivo como uma aposta forte inserida já em PDM; no que diz respeito aos equipamentos desportivos escolares, nomeadamente Pavilhões e tanques de aprendizagem de natação, disse tratar-se de uma matéria que ainda não está protocolada e que a sua concretização depende essencialmente de entidades terceiras, como seja o Ministério competente para esta área.

Relativamente à questão da atribuição de subsídios por parte da Câmara Municipal a entidades privadas, nomeadamente ao "fitness", esclareceu que não foi atribuído qualquer subsídio, foram atribuídos sim subsídios no âmbito das actividades realizadas na cidade de Aveiro, nomeadamente acontecimentos internacionais como a "Meia Maratona", não aceitando por isso que haja insinuações de qualquer ordem, uma vez que as contas são transparentes.

No que se refere ao programa "Olimpo", e para melhor se conhecer o programa, informou que estão à disposição dos interessados, dossiers já elaborados sobre esta matéria; ainda no âmbito deste programa esclareceu que o mesmo não tem abrangido somente clubes ligados à alta competição, mas também tem contemplado clubes rurais, de pequena dimensão.

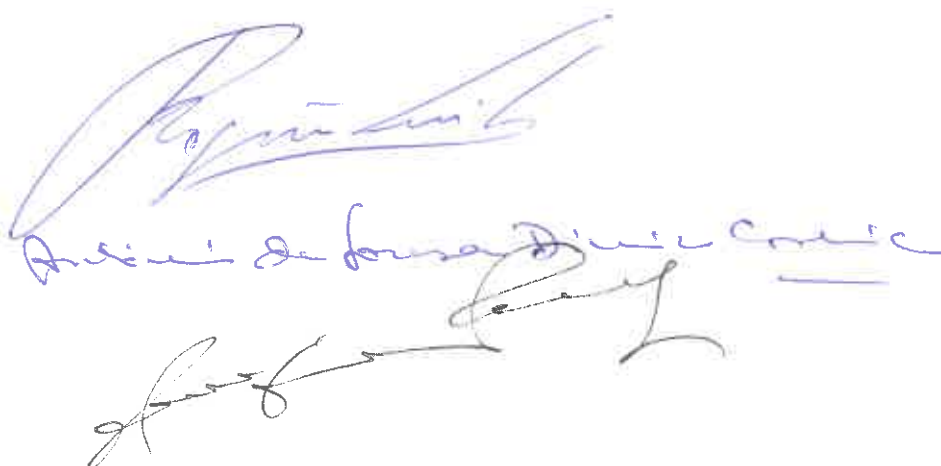
A finalizar fez ainda uma pequena abordagem sobre matérias que se prendem com os interesses da juventude, nomeadamente no que respeita a alguns apoios que a Câmara tem dado a algumas iniciativas no âmbito desta matéria, tais como a Semana Jovem, bem como o apoio

eventual a algumas organizações juvenis de associações de estudantes, associação de escuteiros, etc..

Não se registando mais intervenções e dado o adiantado da hora, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, tendo de imediato submetido à votação da Assembleia a minuta da acta respeitante a esta reunião, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade e cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

Eram, 2 Horas do dia 04.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que, no que fôr omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.



Three handwritten signatures in blue ink. The top signature is the most prominent and appears to be 'Presidente'. Below it is a longer signature, and at the bottom is a shorter signature.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 42

ACTA EM MINUTA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO
MÊS DE DEZEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

Aos três dias do mês de Janeiro de mil novecentos e noventa e seis, realizou-se a segunda reunião da sessão ordinária do mês de Dezembro da Assembleia Municipal de Aveiro.

Dando cumprimento à Ordem de Trabalhos foram abordados os seguintes pontos que após discutidos mereceram a seguinte votação:

2 - ELABORAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE -
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;

APROVADO POR MAIORIA DE 18 VOTOS A FAVOR, 7 VOTOS
CONTRA E 5 ABSTENÇÕES. *a constituição de uma
comissão da A.M. para acompanhamento da
execução do Plano de Urbanização da Cidade.*

~~3 - CÂMARA MUNICIPAL PLANO DE ACTIVIDADES E
ORÇAMENTO PARA 1996;~~

~~APROVADO POR MAIORIA DE VOTOS A FAVOR,
VOTOS CONTRA E ABSTENÇÕES.~~

~~4 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - PLANO PLURIANUAL DE
INVESTIMENTO, ORÇAMENTO FINANCEIRO E DEMONSTRAÇÃO
PREVISIONAL DE RESULTADOS PARA 1996.~~